

NINGUÉM FICA PRA TRÁS

Propostas e questões para
debate sobre aulas remotas

APG
UFRJ

Associação de Pós-Graduandos
Gestão Mãos à Obra

Associação de Pós-Graduandos da UFRJ

NINGUÉM FICA PRA TRÁS

Propostas e questões para
debate sobre aulas remotas

Maio de 2020



Publicação da Associação de Pós-Graduandos da
Universidade Federal do Rio de Janeiro (APG UFRJ)

Organizadoras/es:

Igor Alves Pinto (PPGD/FND)

Kemily Toledo (PPGE/FE)

Luana Bonone (PPGCOM/ECO)

Redatoras/es:

Andrey Chagas (PPGCOM/ECO)

Daniel Bressan (PCM/ICB)

Flávio de Mello (PPGLEV/FL)

George Brigagao (PEA/POLI)

Gustavo Taveira (PPGQB/IBqM)

Igor Alves Pinto (PPGD/FND)

Jorge Marçal (PPGE/FE)

Kemily Toledo (PPGE/FE)

Lissandra Amorim (PPGN/INJC)

Lizie Calmon (PPGE/FE)

Luana Bonone (PPGCOM/ECO)

Luana Bulcão (PPGCOM/ECO)

Lucas Beraldo (PPGD/FND)

Marcelle Pita (PPGQB/IBqM)

Miguel Papi (PPGCI/ECO)

Além dos nomes listados, todas e todos que participaram das reuniões, contribuíram com debate nos grupos, nos órgãos colegiados e demais espaços de discussão foram importantes para a construção deste documento.



Gestão Mãos à Obra (2020)

Secretaria Geral:

Andrey Chagas (PPGCOM/ECO)

Gustavo Taveira (PPGQB/IBqM)

Igor Alves Pinto (PPGD/FND)

Jorge Marçal (PPGE/FE)

Kemily Toledo (PPGE/FE)

Diretoras/es e colaboradoras/es:

Carla Santos (PPGLEV/FL)

Daniel Bressan (PCM/ICB)

Flávio de Mello (PPGLEV/FL)

Fred Taylor (PEN0/COPPE)

George Brigagao (PEA/POLI)

Hélen Barcellos (PPGG/IGEO)

Igor Cavalcanti (PPGZoo/MN)

Lauro Fabiano (PPGQB/IBqM)

Lissandra Amorim (PPGN/INJC)

Lizie Calmon (PPGE/FE)

Luana Bonone (PPGCOM/ECO)

Luana Bulcão (PPGCOM/ECO)

Lucas Beraldo (PPGD/FND)

Marcelle Pita (PPGQB/IBqM)

Miguel Papi (PPGCI/ECO)

Priscila Blasquez (PEP/COPPE)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
1º EIXO: FORMA DO DEBATE	9
1.1 O caráter político do debate	10
1.2 Muitos GTs, pouca articulação	11
1.3 Quanto tempo levaremos para fazer um planejamento?	13
1.4 Diálogo com especialistas e com as entidades representativas da UFRJ	14
2º EIXO: UM DEBATE SOBRE EDUCAÇÃO	16
2.1 Entre a qualidade da educação e a urgência da crise	20
2.2 Políticas Públicas Educacionais	23
2.3 Produzindo políticas de currículo	25
2.4 Didática: aulas remotas e o exercício da docência	27
3º EIXO: CONTEÚDO POLÍTICO SOBRE AULAS REMOTAS	29
3.1 Educação a Distância e aulas remotas são a mesma coisa?	30
3.2 Extensão de prazos e bolsas: vitórias e obstáculos	34
3.3 Quem não adere ao ensino remoto faz o quê?	36
3.4 Plataformas de internet e a defesa da soberania nacional	38
3.5 Não podemos deixar de lado as pessoas em situação de vulnerabilidade!	41
3.6 Respostas de curto e médio prazo	45
4º EIXO: CONTEÚDO OPERACIONAL	47
4.1 Garantir os direitos das/os discentes da UFRJ	48
4.2 Como fica para quem não tem acesso à internet?	49
4.3 Como fica a capacitação das/os docentes para este momento?	50
4.4 Como se dará o volume de conteúdo das aulas?	51
4.5 Como será tratada a questão da saúde mental?	52
4.6 E como fica o trabalho das/os técnico-administrativas/os?	53
4.7 Profissionais em luta contra a COVID-19	53
4.8 Qual plataforma a UFRJ vai adotar para essas atividades?	54
4.9 E a avaliação das disciplinas?	55
4.10 Como proteger os PPGs que não aderirem às aulas remotas?	55
4.11 Como a Universidade poderá contemplar Pessoas com Deficiência?	56
4.12 Qual política será construída para concluintes?	57
ÍNDICE DE PROPOSTAS	58
APÊNDICES	62
APÊNDICE A	63
APÊNDICE B	67

INTRODUÇÃO

O presente documento é um acúmulo de opiniões, questões e propostas que a Associação de Pós-Graduandos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (APG UFRJ) construiu desde o começo do isolamento físico decorrente da pandemia de COVID-19, iniciado a partir da suspensão de aulas (inclusive no ensino superior) pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro em, 13/03/2020¹, e da suspensão do calendário acadêmico da UFRJ por período indeterminado, em 23/03/2020². Nesse período foram realizadas:

- 7 sessões do Conselho de Ensino para Graduados (CEPG)³;
- 2 sessões do Conselho Universitário (CONSUNI)⁴;
- 6 sessões do Conselho de Extensão Universitária (CEU)⁵;
- 14 reuniões de gestão da APG;
- Criação de um Fórum com todas as entidades representativas da Universidade – o Fórum de Mobilização e Ação Solidária (FORMAS);
- Criação do Fórum de Representantes Discentes da Pós-Graduação da UFRJ, que se reuniu 2 vezes⁶ para acumular sobre questões ligadas à pandemia;
- Participação em 3 Grupos de Trabalho (GTs) ligados ao CEPG, 1 ligado ao CONSUNI (sobre Trabalho Remoto e a Portaria nº 3.188) e 2 ligados à Administração Central da UFRJ (Pós-Pandemia e Formas Complementares de Ensino);

¹ Decreto estadual nº 46,970, de 13 de março de 2020, disponível em:

<https://coronavirus.rj.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/IOERJ-200313.pdf>

² “Coronavírus: UFRJ suspende aulas por período indeterminado”, disponível em:

<https://ufrj.br/noticia/2020/03/23/coronavirus-ufrj-suspende-aulas-por-periodo-indeterminado>

³ Nas datas de 03, 17 e 24 de abril; 08, 15, 22 e 26 de maio de 2020. Houve, ainda, duas sessões conjuntas CEG/CEPG nas datas de 11 e 13 de maio de 2020.

⁴ Nas datas de 14 e 20 de maio de 2020.

⁵ Nas datas de 23 de março; 13 e 27 de abril; 11, 21 e 25 de maio de 2020.

⁶ Nas datas de 22 de abril e 20 maio de 2020.

- Levantamento sobre as medidas adotadas por outras Instituições de Ensino Superior (IES) do país⁷ em relação às aulas remotas;
- 2 pesquisas (formulários) sobre as condições das e dos discentes de pós-graduação durante a pandemia⁸ que, vale destacar, foram utilizadas pela APG para subsidiar a defesa contra um retorno improvisado das atividades de ensino em modo remoto;
- 1 pesquisa realizada pela Administração Central da Universidade sobre acesso à internet para todo o corpo social da UFRJ;
- 1 *live* sobre Escrita Acadêmica e Saúde Mental através do projeto Clube da Escrita, em que a APG atua como parceira junto à Coordenação de Integração Acadêmica do CT, Representantes Discentes e Laboratório da Palavra da Faculdade de Letras;
- 1 mesa de discussão com a temática “A Universidade e a informação em tempos de coronavírus”, realizada como parte da programação regional da Marcha (vital) pela Ciência – Pacto pela Vida;
- Construção do *Manual sobre a prorrogação de bolsas e prazos durante a pandemia de Covid-19*⁹, que orienta as/os discentes sobre as resoluções das agências de fomento e da UFRJ, abarcando as conquistas da mobilização do Movimento Nacional de Pós-Graduandos (MNPG) junto à Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG) e da APG UFRJ nos espaços internos da universidade;
- Participação na atividade “Tecnologia e Educação: reflexões em tempos de pandemia”, organizada pelo projeto Democracia Participativa e Políticas Públicas, do Núcleo de Solidariedade Técnica (SOLTEC) da UFRJ.

Em todo esse processo, percebemos que é necessário que alguns temas sejam tratados com mais cuidado. Por essa razão, dividimos

⁷ Cf. Apêndice A.

⁸ Cf. Apêndice B.

⁹ Manual sobre a prorrogação de bolsas e prazos durante a pandemia de Covid-19, disponível em: bit.ly/manualdeprazosebolsas

esse documento em eixos, com o intuito de **dar uma contribuição** para toda a comunidade que está buscando respostas para os desafios enfrentados. Reafirmamos nosso compromisso com a **educação pública, gratuita e de qualidade** e, por essa razão, entendemos que o fato de estarmos num período de exceção exige que as respostas para algumas das questões ora enfrentadas pela Universidade devem ter como compromisso o caráter de **transitoriedade**.

Conforme o título deste documento busca expressar, os dois princípios que permeiam o conjunto desta proposta são o da **inclusão** e o da **qualidade**. Ou seja, trabalhamos uma proposição que busque garantir todas/os as/os docentes, técnico-administrativas/os e discentes estejam abarcados pelas políticas e resoluções a serem implementadas pela UFRJ. No mesmo sentido, buscamos soluções que contribuam para a menor perda de qualidade possível na adoção de atividades remotas, em caráter de urgência e excepcionalidade.

Por fim, esclarecemos que **utilizamos o termo AULAS REMOTAS** por entender que é o que melhor expressa o assunto em debate. Termos utilizados pela Administração Central da Universidade ou em Órgãos Colegiados como “Formas Alternativas de Ensino” ou mesmo “Formas complementares de educação ao ensino presencial” podem ser debatidos e admitidos em qualquer momento, como forma de acrescentar metodologias à modalidade de ensino presencial. O que estamos debatendo é a possibilidade concreta de substituição de aulas presenciais por aulas em modo remoto, durante um período de excepcionalidade e isso precisa estar evidente, para limpar campo e permitir um debate franco e aberto.



1º EIXO
FORMA DO DEBATE

1.1 O caráter político do debate

O debate sobre aulas remotas perpassa por dois subeixos.

Primeiro: a pandemia que vivemos hoje e o debate da vida/saúde pública;

Segundo: o debate sobre o que é Educação a Distância (EaD) *versus* o que são aulas remotas.

A premissa do debate sobre o retorno às aulas em modo remoto deve se subordinar a um debate primordial deste momento, que trata como prioridade a saúde das pessoas e a garantia da vida. Temos certeza que é consenso em todos os espaços de debate da UFRJ de que **a vida vem antes da produtividade acadêmica**. Nenhum debate neste momento pode ignorar que milhares de pessoas estão morrendo e ficando doentes. Inclusive muitas/os discentes, docentes, técnico-administrativas/os e trabalhadoras/es terceirizadas/os da UFRJ. Qualquer debate político sobre ensino deve ter muito cuidado com o momento social que vivemos. É preciso considerar o número de adoecimentos mentais devido ao cenário de isolamento físico e os inúmeros casos que não encontram amparo ou acompanhamento psicológico/psiquiátrico por questões financeiras. Não adianta achar que aulas resolvem a paralisia provocada pela pandemia porque esta continua em nossas vidas.

Por este motivo, defendemos que o retorno às atividades de ensino seja integralmente remoto em períodos de isolamento físico e social e que seja iniciado após passado o pico da pandemia no estado do Rio de Janeiro, conforme compromisso assumido pelo vice-reitor, o professor Carlos Frederico Leão Rocha, em reunião do Conselho de Ensino para Graduados (CEPG), realizada em 15 de maio de 2020. O intuito é reduzir o impacto negativo sobre a saúde mental do corpo social da Universidade.

Feita esta ressalva, existe um debate de concepção de ensino a ser tratado para além da questão operacional, a fim de garantir patamares de

qualidade condizentes com a tradição centenária da UFRJ. Por essa razão, **QUALQUER** proposta feita na correria e sem apresentar os limites de um ensino remoto implementado em caráter de urgência, sem um planejamento, deve ser repudiada. Assim, entendemos que **não está em debate voltar às aulas na semana que vem**. A UFRJ é grande e complexa demais para soluções imediatistas, que não deem conta da pluralidade de sua comunidade acadêmica e, se existe uma excelência acadêmica e de vanguarda, ela se deve justamente a esse cuidado.

Ademais, a percepção que defendemos é que se o **ensino remoto** for aprovado durante o período da pandemia, devemos entendê-lo **como DIREITO** de discentes e docentes e **não como OBRIGAÇÃO**. Ressaltamos isso pois é a partir dessa percepção que defenderemos a possibilidade de trancamento especial para alunos e outras regras que, na opinião da APG, tratam com o devido cuidado a saúde mental de todas/os e garantem a qualidade e inclusão da maior quantidade de pessoas possível.

Por outro lado, **NÃO NOS SOMAMOS** às vozes que defendem a suspensão das atividades de ensino **por tempo indefinido** ou mesmo o **cancelamento** dos semestres letivos até o retorno das aulas presenciais. Nos sensibilizamos com o retorno das atividades acadêmicas em modo remoto porque levamos em consideração o nível de imprevisibilidade da pandemia e as demandas de discentes e docentes diante da necessidade de retomar suas vidas acadêmicas – o que pode inclusive mitigar os inevitáveis prejuízos que teremos em nossas vidas. No entanto, insistimos para que isso seja feito sob os **princípios da inclusão e da qualidade**, bem como, necessariamente, esteja submetido ao debate da vida e da saúde em primeiro lugar.

1.2 Muitos GTs, pouca articulação

Existem Grupos de Trabalho (GTs) no CEPG, no Conselho de Ensino de Graduação (CEG), GT Corona, GT Álcool, GT Voluntariado, GT sobre Hospitais,

GT Pós-Pandemia, GT Formas complementares de ensino e GTs das Unidades e Decanias. Consideramos importante haver representação dos diversos setores da Universidade em todos os espaços de debate que vêm sendo criados. Participamos de quase todos os GTs, mas com tantos grupos de trabalho, não está claro como se dará a articulação entre suas diversas elaborações e propostas, a fim de que se constitua um planejamento da Universidade para o retorno às atividades de ensino de forma remota. Fica a dúvida: afinal **quem é responsável** por apresentar uma resposta sobre o ensino remoto na Universidade? Ou seja, por dirimir eventuais contradições ou descompassos entre os diferentes GTs? Como se dá a articulação entre tantos debates paralelos? Quem responde às dúvidas sobre a crise **durante** a situação de emergência¹⁰? Esses GTs têm se comunicado ou se mantêm rediscutindo as mesmas questões em todas as escalas?

O GT presidido pelo vice-reitor, professor Carlos Frederico Leão Rocha, parece ser o principal instrumento da Administração Central, dado que seu objetivo é “compreender o potencial e os obstáculos à utilização de formas complementares de ensino”, conforme estabelece a Portaria nº 3.191, de 5 de maio de 2020¹¹. Entretanto, o CEG e o CEPG possuem autonomia para decidir sobre questões como o calendário acadêmico¹², por exemplo. **Se esses Órgãos Colegiados resolverem voltar a ter aulas ignorando o acúmulo dos demais GTs, qual o sentido prático destes?**

¹⁰ Por situação de emergência entende-se a declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional pelo Ministério da Saúde, através da Portaria nº 188, de 3 de fevereiro de 2020, disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-188-de-3-de-fevereiro-de-2020-241408388>

¹¹ Portaria nº 3.191, de 5 de maio de 2020, disponível em: <https://ufrj.br/noticia/2020/05/23/ufrj-estuda-formas-complementares-de-educacao-ao-ensino-presencial>

¹² Artigo 29 do Regimento da UFRJ:

I - 1- promover planejamento do ensino para graduados em toda a Universidade;

III - 6 - deliberar sobre a forma de assistência médica, social e jurídica a ser dada aos estudantes dessa Área;

7 - dispor sobre alojamento, alimentação e transporte dos estudantes dessa Área, em coordenação com os competentes órgãos administrativos especiais;

8 - elaborar normas sobre concessão de bolsas e assistência financeira aos estudantes dessa Área;

Acreditamos que os GTs debate, os objetivos a serem alcançados, os principais problemas e dificuldades para, a partir disso, apresentar propostas para avançar no debate. Essas ideias e propostas devem ser apresentadas para os Órgãos Colegiados Superiores e para a Administração Central da UFRJ de forma que, de posse das informações e possíveis respostas que a Universidade produziu, tenham condições de definir os rumos com segurança, garantindo inclusão e qualidade no processo de ensino neste momento desafiador.

Ainda, é importante que todos os Órgãos Colegiados e GTs que analisam o assunto, façam **primeiro um debate mais geral, de concepção**, buscando delinear os objetivos, os principais problemas, as principais linhas de respostas a eles, e a partir disso identificar quais são os consensos, pois **a partir desses consensos podemos extrair as primeiras respostas e torná-las resoluções**. Este roteiro de debate qualifica as discussões, economiza tempo e permite avanços com qualidade. É primordial, ainda, que os Conselhos e GTs **ouçam especialistas da própria UFRJ e entidades representativas das categorias** que compõem o seu corpo social. Ouvir a própria UFRJ, sua inteligência coletiva, é uma forma de avançar para soluções com qualidade e até mesmo mais celeridade.

1.3 Quanto tempo levaremos para fazer um planejamento?

O vice-reitor apresentou no CEPG do dia 15/05/20 um conjunto de dados sobre o formulário de condições de acesso remoto das 3 categorias (docentes, técnico-administrativas/os e discentes, divididos entre discentes do ensino básico, de graduação e de pós-graduação). Nesse momento, ele deu uma sinalização importante para a comunidade acadêmica: **“A Reitoria não tem como apresentar uma solução para a próxima semana e sim um planejamento para daqui a UM MÊS OU DOIS”**. Entendemos esta afirmação

como um compromisso de que haverá um planejamento para este retorno às aulas em modo remoto. Embora o debate sobre como e quando retomar as atividades de ensino esteja ocorrendo em todo o corpo social, algumas respostas de natureza técnica e orçamentária só podem ser dadas pela Reitoria da UFRJ e, nesse contexto, cabe a nós apresentar dúvidas e propostas, quando possível.

A reflexão crítica não é o oposto de uma postura propositiva, como pretendemos deixar claro com o presente documento. Consideramos importante problematizar as questões a fim de chegarmos às melhores soluções, que temos certeza que a UFRJ tem condições de oferecer, tanto pela capacidade técnica de que dispõe, quanto pela massa crítica que compõe o seu corpo social.

1.4 Diálogo com especialistas e com as entidades representativas da UFRJ

Defendemos que os GTs e Conselhos Superiores da Universidade elaborem um cronograma de debates para a construção do planejamento e que este cronograma inclua a comunidade da própria UFRJ, por meio de seus especialistas e entidades representativas. Embora as categorias tenham representações nos diversos Conselhos, a presença institucional da Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ADUFRJ), do Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (SINTUFRJ), do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal do Rio de Janeiro (DCE UFRJ) e da APG UFRJ, com espaço para apresentar a opinião acumulada por essas entidades, traz diferentes perspectivas para o debate e pode sugerir contribuições importantes a serem consideradas pelo conjunto dos Conselheiros e integrantes de GTs. Assim, saudamos a criação do GT Pós-Pandemia, que



recorre às lideranças sindicais nessa tentativa de diálogo ao mesmo tempo que entendemos que esse não deve ser o único espaço para tal.

Ainda no espírito de ouvir a própria Universidade, propomos que os espaços criados para debater o retorno às atividades de ensino em modo remoto ouçam **especialistas em Educação, em Tecnologias da Informação, em Saúde Mental** e em pesquisas que ocorrem simultaneamente em mais de uma localidade e utilizam instrumentos de comunicação remota – como a Rede Nacional de Pesquisa (RNP), entre outros. Essas/es pesquisadoras/es podem trazer soluções que já existem a problemas eventualmente levantados nesses espaços, que talvez os integrantes dos Colegiados não possam responder por falta de expertise no debate específico.



2º EIXO

UM DEBATE SOBRE
EDUCAÇÃO

“Nada se fez até agora com base apenas no fervor e na espera. É preciso agir de outro modo, entregar-se ao trabalho e responder às exigências de cada dia – tanto no campo da vida comum, como no campo da vocação.” (MAX WEBER)

Segundo o Ranking Universitário Folha (RUF), a UFRJ, em 2019, foi a terceira melhor universidade do país, atrás apenas da Universidade de São Paulo (USP) e da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). No quesito inovação, a UFRJ lidera o *ranking* pelo segundo ano consecutivo. Isto se deve à constituição de um comitê de inovação, com docentes e técnico-administrativas/os especialistas nessa área, oriundos de diferentes campos do saber, com o propósito de construir a política de inovação da UFRJ em conformidade com o Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação¹³. No mesmo ano, nossa Universidade se classificou entre as 100 melhores do mundo em cinco áreas no *QS World University Rankings by Subject*¹⁴, publicado no fim de fevereiro de 2019: Antropologia, Arqueologia, Arquitetura/Ambiente Construído, Estudos de Desenvolvimento e Línguas Modernas.

A UFRJ tem inúmeros indícios de excelência e é referência no Brasil e na América Latina – com o fluxo de pessoas nas bibliotecas, o movimento dos laboratórios e dos grupos de pesquisa, as aulas e todo o fortuito de encontros e afetos que este ambiente possibilita, respondendo às exigências de cada

¹³ “UFRJ é a melhor universidade federal do país, aponta ranking da Folha”, disponível em: <https://ufrj.br/noticia/2019/10/07/ufrj-e-melhor-universidade-federal-do-pais-aponta-ranking-da-folha>

¹⁴ Os dados são do *World University Rankings 2020*, da revista britânica *Times Higher Education* (THE). A classificação, que avaliou 1.396 universidades de 92 países, levou em consideração aspectos relacionados a ensino, pesquisa, transferência de conhecimento e perspectivas internacionais.

dia, no aspecto ordinário e no aspecto produtivo do que é ser uma Universidade. Anísio Teixeira, em seu discurso na inauguração da Universidade de Brasília (UnB), afirmou que “são as Universidades que fazem, hoje, com efeito, a vida marchar. Nada as substitui. Nada as dispensa. Nenhuma outra instituição é tão assombrosamente útil”. A Universidade é o lugar de produção da ciência e ponto de partida para a disseminação de novos saberes.

Max Weber, em seu clássico “A ciência como vocação”, nos apresenta “em essência, a contribuição positiva da ciência para a vida prática e pessoal”¹⁵. Em linhas gerais, a ciência produz conhecimento, a partir de métodos, técnicas e instrumentos que permitem dominar tecnicamente a vida, inclusive no campo das atividades sociais humanas, contribuindo para a clareza na apreensão do mundo. Esta produção de conhecimento cumulativa¹⁶, de cara importância para o desenvolvimento social, econômico e tecnológico é, portanto, indispensável para se pensar o mundo.

Quando assumimos a ciência como vocação, aceitamos e usufruímos do seu grau de imprevisibilidade, somos tomados pela paixão à busca de respostas às perguntas que surgem do percurso das vivências individuais entrelaçadas a uma dada realidade, a partir da especialização do campo científico que nos apresenta métodos e caminhos possíveis. Aceitamos que o conhecimento científico é provisório e, como cientistas e pesquisadoras/es em uma universidade pública, nossa função social é responder da melhor maneira possível, analisando os fatos a partir de métodos científicos.¹⁷

No atual contexto global, marcado pela pandemia da COVID-19 e um espraiamento descontrolado de ideais fascistas, é urgente a UFRJ fazer jus à

¹⁵ WEBER, Max. *Ciência e Política, duas vocações*. São Paulo: Editora Cultrix, 1996, p. 45.

¹⁶ KUHN, Thomas Samuel. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. Trad. B. Boeira e N. Boeira. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1978.

¹⁷ WEBER, op. cit.; Id. A “objetividade” do conhecimento na ciência social e na ciência política. In: _____. *Metodologia das Ciências Sociais. Parte 1*. Tradução de Augustin Wernet. 4. ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, p. 107-154, 2001.

sua função social ao repensar o seu papel como Universidade. Por ser uma instituição pública de ensino e pesquisa, é mister que nós repensemos as normas e nosso sistema de verdades¹⁸ que norteiam o nosso cotidiano¹⁹ acadêmico, visto que não temos previsão de quando voltaremos a ocupar fisicamente aquele espaço, da sala de aula aos laboratórios e oficinas da Escola de Belas Artes, da quadra poliesportiva e salas de dança às aulas de música, das pesquisas de campo e coleta de dados ou amostras até a apresentação de resultados nas semanas de integração de ensino, pesquisa e extensão.

Boa parte da comunidade acadêmica se mostra disposta e favorável à adesão ao ensino remoto. Porém, é necessário que a UFRJ não assuma uma postura passiva, sem o devido cuidado e planejamento para os próximos meses. Do contrário, excluiria elementos fundamentais à elaboração da pesquisa e do conhecimento e reforçaria o cenário de abissal desigualdade social diretamente atrelada ao acesso à educação pública de qualidade. Em resposta a um formulário divulgado pela APG UFRJ²⁰, mais de 20% dos pós-graduandos respondentes afirmaram que teriam dificuldades em manter suas atividades acadêmicas, quantitativo expressivo ao qual as políticas promovidas pela Universidade também devem se endereçar. Não podemos eliminar a possibilidade de construção de novos conhecimentos partindo de múltiplas perspectivas, reforçando o acesso elitizado à produção da ciência e ao conhecimento científico. Além disso, seguir pela possibilidade da maioria é excluir o problema, quando a Universidade é de fato o lugar para se produzir respostas, a partir da ciência, aos problemas sociais. Ignorar essas preocupações é corroborar com o desmonte da ciência (des)encaminhado pelo atual (des)governo e abandonar a função social da universidade pública.

¹⁸ Entende-se aqui normas e sistema de verdades, partindo de uma perspectiva foucaultiana. Cf. FOUCAULT, Michel. A arqueologia do saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

¹⁹ Cotidiano entendido à luz da obra de Michel de Certeau. Cf. CERTEAU, Michel: A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2008.

²⁰ Cf. Apêndice B.

Este documento é, portanto, um convite à reflexão e à busca coletiva e unificada de respostas pela educação e pela produção científica. Do mesmo modo que existe um Grupo de Trabalho Multidisciplinar para Enfrentamento à COVID-19 na UFRJ, assim como há um comitê de inovação, com especialistas nessa área, oriundos de diferentes campos do saber, é fundamental considerar a necessidade de se fazer um **comitê composto por cientistas de diversos campos do saber, reconhecendo a relevância e a importância dos especialistas em Educação, docentes e discentes de pós-graduação**. Assim, poderemos pensar quais caminhos percorrer em um cenário de incertezas e imprevisibilidades para darmos continuidade ao nosso fazer acadêmico, ao cotidiano da nossa universidade, adaptado às condições instáveis que estão postas, sem que ninguém fique pra trás.

2.1 Entre a qualidade da educação e a urgência da crise

Ao abordarmos a necessidade de incluir na conversa especialistas em Educação, fica a seguinte questão: onde estão os debates caros ao campo educacional, para além das dinâmicas de inclusão/exclusão que já podemos observar a partir de outras áreas de conhecimento? Um pontapé, a partir dos recentes debates curriculares da área educacional²¹ pode ser inicialmente o debate sobre o que pode significar “qualidade”²² e “crise” na Educação, duas

²¹ MACEDO, Elizabeth. Base Nacional Curricular Comum: novas formas de sociabilidade produzindo sentidos para Educação. Revista e-Curriculum, São Paulo, v. 12, n. 03 p.1530 - 1555 out./dez. 2014.

²² As aspas são um marcador importante sobre determinados termos que operariam no texto “sob rasura” [Cf. HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. 8. ed. Petrópolis: Vozes, p. 103-133., 2008,]: são palavras cuja mobilização encontra-se em disputa, longe de versarem sobre um significado consensual ou comum. É um movimento empreendido pela própria Elizabeth Macedo. Cf. MACEDO, Elizabeth. Base Nacional Curricular Comum: novas formas de sociabilidade produzindo sentidos para Educação. Revista e-Curriculum, São Paulo, v. 12, n. 03 p.1530 - 1555 out./dez. 2014.; MACEDO, Elizabeth. Mas a escola não tem que ensinar?: Conhecimento, reconhecimento e alteridade na teoria do currículo. Currículo sem Fronteiras, v. 17, n. 3, p. 539-554, set./dez. 2017.

palavras frequentemente usadas para se referir às “urgentes necessidades” de modificação em nossa área de atuação. Em nome da “qualidade” da pós-graduação na UFRJ e como medida de enfrentamento à “crise” provocada pela pandemia de COVID-19, subitamente o ensino remoto torna-se “urgente” ou mesmo um debate meramente instrumental. Mesmo quando se está discutindo a inclusão digital de discentes sem acesso adequado à internet, a mesma lógica de “adaptação inevitável” segue operando. Desejamos, entretanto, ressaltar que tal resposta não é menos política, tampouco exige de nós menos debate.

Analisando o termo “qualidade” nas diferentes demandas sobre o currículo educacional, Elizabeth Macedo²³ opera, com referência em Laclau²⁴, com a ideia de articulação. A autora concebe as diferentes mobilizações de termos como “qualidade” da Educação como maneiras de hegemonizar o que se torna possível como seu significado, como articulação interessada na delimitação do termo e na consequente expulsão de outras possibilidades. Segundo ela, ao mesmo tempo em que tal movimento pretende constranger as possibilidades de significação, ele também expõe que tal significado não está dado de antemão, mas sob constante disputa discursiva. Do contrário, tais articulações seriam dispensáveis. Apostando na radical abertura do termo “qualidade”, ela advoga por uma teoria educacional responsável por não apaziguar tal disputa, mas como forma de investir nos frutíferos questionamentos e possibilidades que podem se revelar conforme nos debruçamos sobre ela.

Embora seja verdade que Macedo não deseje propriamente ser uma teórica da “decisão” ou que surgirá com respostas prontas a dilemas que sempre estão em devir, ela interessa a essa discussão à medida em que ressalta o caráter político da Educação, emaranhada em dinâmicas sociais

²³ MACEDO, Elizabeth. Base Nacional Curricular Comum: novas formas de sociabilidade produzindo sentidos para Educação. Revista e-Curriculum, São Paulo, v. 12, n. 03 p.1530 - 1555 out./dez. 2014.

²⁴ LACLAU, Ernesto. Emancipação e diferença. Rio de Janeiro, EdUERJ, 2011.

que visam expurgar a diferença como indesejável. Para além disso, teoricamente ela investe na suspensão da necessidade de concordar com os termos do que se está discutindo para adentrar a arena política.²⁵ Em vez disso, devemos caminhar no sentido de questionar permanentemente os próprios pressupostos que sustentam nossas análises, como forma de manter a diferença ecoando e de encontrar, quiçá, outras possibilidades de materialização da realidade. É desde esse trabalho que podemos encontrar pistas de um lugar comum ou de como trabalhar democraticamente.

No caso da disputa em torno das aulas remotas, qualidade parece estar atrelada à máxima de que a Educação não pode parar. Uma educação superior de qualidade, incluída aí a pós-graduação, deve sempre estar à frente, mesmo com efeitos colaterais sobre os quais só será possível discutir depois, em “médio” ou “longo” prazo. A questão que se interpõe a essa lógica é de que ela faz parecer inevitável a escolha infernal entre diferença e Educação, uma distinção sem fundamento discursivo qualquer, a não ser os próprios efeitos do que tal escolha pode trazer. Nossa intervenção, portanto, se dá no sentido de garantir o debate político sobre “qualidade” no qual está imersa a substituição de aulas presenciais por aulas remotas. **Não se trata de pensar que podemos ficar a vida inteira debatendo, sem nunca “decidir” nada, mas de não nos livrarmos dos problemas advindos de tal decisão sob a desculpa da urgência.**

Para nós, a prioridade é a preservação da vida e a garantia de um corpo social diverso na pós-graduação, com condições materiais para o exercício de seu trabalho. Tal trabalho exige duas demandas: pela manutenção do distanciamento social e pela preservação do direito à Educação através de políticas de permanência do corpo discente atravessadas por questões sociais, materiais e psicológicas. Ninguém fica pra trás!

²⁵ MACEDO, Elizabeth. Mas a escola não tem que ensinar?: Conhecimento, reconhecimento e alteridade na teoria do currículo. Currículo sem Fronteiras, v. 17, n. 3, p. 539-554, set./dez. 2017.

2.2 Política Públicas Educacionais

Em linhas gerais, políticas públicas são medidas de governança que possuem o objetivo de **responder a um problema social**. Nesse sentido, as políticas públicas educacionais são escolhas que determinam e direcionam legislações, planejamento e financiamento nos/dos programas educacionais. Elas constituem decisões e ações de gestão que sinalizam que tipo de Educação queremos.

Construir uma gestão pública da Educação de qualidade é, em primeiro lugar, analisar e avaliar as problemáticas sociais para, assim, traçar um plano de ações e organizar a distribuição dos recursos financeiros disponíveis. Vale ressaltar que, além das políticas de Estado, a Universidade, dotada de autonomia pela Constituição Federal enquanto uma autarquia, também produz políticas públicas.

É importante salientar que tais políticas **não** são exclusivas do momento de situação de emergência: no entanto as desigualdades socioeconômicas e de saúde pública estão agravadas durante o isolamento físico decorrente da pandemia de COVID-19. Assim, é imprescindível que o planejamento das políticas públicas **anteceda** a aplicação de qualquer medida de atividade remota.

Ainda nesse contexto da criação de políticas específicas para grupos socialmente vulneráveis e/ou desfavorecidos, cabe trazer ao debate o conceito de **isonomia**²⁶: mais do que a igualdade formal, é preciso garantir a igualdade material. Assim, listamos algumas possibilidades a partir do nosso mapeamento ²⁷de dificuldades à adesão de atividades remotas.

²⁶ O princípio da isonomia é muitas vezes atribuído à noção conjunta de igualdade e justiça, a partir da célebre frase de Aristóteles: “Tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na medida em que eles se desigualem”.

²⁷ Cf. Apêndice B.

Políticas públicas dependentes de recursos financeiros:

- Aquisição de *chips* com acesso à internet;
- Aquisição de equipamentos tecnológicos (a exemplo de *netbooks* ou *tablets*);
 - Concessão de bolsas emergenciais para estudantes em situação de extrema vulnerabilidade;
 - Para viabilizar tais demandas, é possível pensar soluções como a doação ou empréstimo de equipamentos ociosos de instituições públicas e privadas diversas, parcerias com possíveis doadores ou mesmo empresas que possam reduzir os custos de aquisição de equipamentos e serviços.

Políticas públicas dependentes de recursos de tecnologia:

- Definição de plataformas virtuais que preservem a privacidade e segurança dos dados das/os usuárias/os (principalmente considerando que informações sensíveis relacionadas a pesquisas em curso estarão em debate) e que se apoiem na capacidade técnica da própria universidade, a partir de núcleos como o Núcleo de Computação Eletrônica (NCE), e de parceiros institucionais, como a Rede Nacional de Pesquisa (RNP), o (Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia) IBICT, entre outros;
- Desenvolvimento de soluções desenhadas para a necessidade da UFRJ (via RNP e/ou NCE);
- Desenvolvimento de ferramentas que permitam o acesso aos recursos informacionais (a exemplo do Portal de Periódicos da CAPES).

Políticas públicas dependentes de recursos humanos:

- Definição de uma técnica à disposição para resolver problemas de ordem tecnológica;
- Criação de uma equipe de apoio acadêmico permanente durante todo o processo, a fim de fornecer orientações e contribuir para encontrar

soluções a dificuldades que possam se manifestar durante a implementação das aulas remotas;

- Criação de uma equipe de apoio psicológico gratuito e permanente para todo o corpo social;
- Capacitação técnica de docentes e técnico-administrativas/os para o uso das novas tecnologias;
- Capacitação acadêmica de docentes para adaptar o currículo das disciplinas e elaboração de tutoriais para discentes.

Políticas públicas dependentes de regulação:

- Desenvolvimento de uma política especial para mães, pessoas que cuidam de crianças, idosos, pessoas com deficiências e/ou outras pessoas do grupo de risco;
- Desenvolvimento de uma política especial para Pessoas com Deficiência;
- Desenvolvimento de uma política especial para profissionais diretamente envolvidos no combate à pandemia;
- Desenvolvimento de uma política de proteção de possíveis represálias do governo federal a programas e/ou docentes que, por qualquer motivo, não aderirem às aulas remotas.

2.3 Produzindo políticas de currículo

Ainda dentro de uma perspectiva da busca pela isonomia, trazemos uma reflexão de Thomas Popkewitz²⁸ sobre o conceito de desigualdade: entendendo-o menos como um problema de estrutura social e mais como um problema histórico sobre como criamos nossas noções que ordenam e

²⁸ LIMA, Ana Laura Godinho; GIL, Natália de Lacerda. Sistemas de pensamento na educação e políticas de inclusão (e exclusão) escolar: entrevista com Thomas S. Popkewitz. Educ. Pesqui., São Paulo, v. 42, n. 4, p. 1125-1151, out./dez. 2016.

produzem **diferenças**. O autor se apoia, ainda, no filósofo político Jacques Rancière, que é crítico à pressuposição, por parte dos pesquisadores em Educação, da desigualdade com vistas a promover a equidade. Para Rancière, este movimento paradoxalmente produz mais desigualdade. Ele propõe, portanto, que comecemos a **pensar nas políticas, ao contrário, a partir da igualdade**.

Este debate é importantíssimo para pensarmos que Universidade queremos e, conseqüentemente, em quais políticas de currículo iremos investir. Se o modo de pensar comparativo, legado do Iluminismo, reforça as diferenças, que tipos de caminhos podemos percorrer para fugirmos da narrativa única de uma noção idealizada de sociedade que guiará, portanto, o currículo? Como produzir políticas curriculares que desassujeitem os “excluídos” para que não sejam ainda mais deslocados para a abjeção?

Trazemos ao debate curricular mais perguntas que respostas, pois entendemos que será preciso repensar o currículo a partir de um planejamento próprio, temporário e singular: **não podemos partir da prerrogativa de uma mera adaptação da estrutura curricular presencial** para o ensino remoto. É necessário que haja uma reformulação parcial e específica para este período de exceção. Isso quer dizer ir além de propor ajustes pontuais para encaixar o currículo no meio digital, mas reconstruí-lo após debate político, dentro de sua contingência sócio-histórica.

Marcia Ferreira e Carmen Gabriel²⁹, ao analisarem currículos acadêmicos, apostam nas políticas curriculares enquanto políticas culturais, de maneira a romper com a perspectiva dicotômica que sinaliza que ou o currículo é produzido pelo Estado, ou a instituição de ensino tem autonomia nessa produção. As autoras operam, então, a partir de uma noção de

²⁹ FERREIRA, Marcia Serra; GABRIEL, Carmen Teresa. Currículos acadêmicos e extensão universitária: sentidos em disputa. ETD – Educação Temática Digital, Campinas, v. 9, n. esp., p.185-200, out. 2008.

circularidade das políticas, fabricadas em diferentes instâncias, cujas interpenetrações produzem o currículo acadêmico.

Entendendo que currículo não é simplesmente reproduzido, mas produzido na Universidade, importa questionar qual política curricular será elaborada pela UFRJ e quais profissionais e pesquisadoras/es do campo de currículo serão convidadas/os para este debate.

Diante dos tensionamentos provocados pela temática das aulas remotas, interessa-nos saber quais são os sentidos em disputa de alguns termos que vêm sendo mobilizados, bem como compreender os mecanismos discursivos nesta arena de significações. Dentre estes significantes, alguns já mencionados neste documento, podemos citar: “qualidade da educação” em contraposição à “urgência da crise”; “tecnologia” enquanto pressuposto para “inovação”; “aulas remotas” no lugar de “educação a distância”; “modernização” e “excelência”. Uma análise discursiva, atenta e politizada, não pode ser negligenciada.

Para muito além da seleção de conteúdos, metodologias e plataformas, pensar na demanda da sociedade pela formação de profissionais, nas taxas e perfis de evasão, no tempo de titulação e na qualidade de vida das e dos discentes é também pensar o currículo! A UFRJ, em suas diferentes instâncias, precisa debruçar-se na produção de currículos que confluam na democratização da Universidade. Portanto, sublinha-se a importância de evocar o debate curricular enquanto um debate, sobretudo, político.

2.4 Didática: aulas remotas e o exercício da docência

Com certa frequência, o senso comum faz referência à Didática como um campo que “ensina a ensinar”. Em outras palavras, aquele campo de ideias responsável por capacitar professores em formação inicial ou continuada em metodologias para tornar os “conteúdos” do currículo mais

palatáveis a seus estudantes. Entretanto, desde a década de 1980, conforme atestam Vera Candau e Adélia Koff³⁰, a Didática tem se preocupado com sua consolidação enquanto saber acadêmico-investigativo, no qual coloca-se sob suspeita a abordagem do processo de ensino descolada de suas condições sociais, históricas e materiais. Por um lado, critica-se a ideia de um sujeito abstrato que chega às instituições de ensino sem atravessamentos de raça, classe, gênero, cultura, etc. Por outro lado, também nos preocupa discutir a visceralidade disso que se chama “ensino em si”. Gostaríamos de nos debruçar aqui, brevemente, sobre algumas questões referentes ao exercício da docência nas condições de aulas remotas.

Quando defendemos que a resposta à pandemia de COVID-19 deve ser uma defesa conjunta do sentido de Universidade, estamos nos referindo ao intercâmbio entre diferentes áreas de conhecimento, bem como à organização de um fórum comum onde possamos discutir e pautar nossas necessidades junto ao governo federal. Além disso, ao pensarmos na importância de preservar o corpo social da pós-graduação, também acreditamos que as **respostas passam pela coletividade**. É na mobilização dessas **redes de suporte** que podemos garantir que os programas de pós-graduação exerçam sua função de formação com autonomia, estendendo-se também essas preocupações ao corpo docente.

Podemos citar, por exemplo, que haja garantias sobre o direito de imagem e de dados no exercício da docência, uma vez que a pandemia deve ser tratada como situação de excepcionalidade, portanto, provisória. Autonomia também se estabelece na liberdade de planejamento quanto à utilização, seleção e/ou produção de materiais para estudo e/ou avaliação, característica essencial do dinamismo e da qualidade no ensino, na pesquisa e na extensão.

³⁰ CANDAU, Vera Maria Ferrão; KOFF, Adélia Maria Nehme Simão e. A Didática Hoje: reinventando caminhos. Educ. Real., Porto Alegre, v. 40, n. 2, p. 329-348, jun. 2015.



3º EIXO
CONTEÚDO POLÍTICO SOBRE
AULAS REMOTAS

3.1 Educação a Distância e aulas remotas são a mesma coisa?

A primeira coisa que aparece nos discursos institucionais e dos Conselheiros é sobre a diferenciação entre essas duas coisas. Mas elas são coisas diferentes?

O ensino remoto praticado atualmente na pandemia em alguns locais assemelha-se à Educação a Distância (EaD) apenas no que se refere a uma educação mediada pela tecnologia. Mas os princípios seguem sendo os mesmos da educação presencial. A Educação a Distância pressupõe o apoio de tutores de forma assíncrona, como no Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro (CEDERJ), carga horária diluída em diferentes recursos midiáticos e atividades predominantemente assíncronas, além de um centro de produção de material didático e atividades presenciais – as avaliações são obrigatoriamente presenciais, inclusive. E isso não é exatamente o que está sendo proposto durante a quarentena.

EaD envolve um desenho institucional próprio; material didático adequado, pensado para esta modalidade; formação docente específica para ministrar cursos a distância; metodologia das aulas própria da modalidade, assim como dos exercícios e avaliações; existência de equipes de apoio acadêmico e técnico; plataforma adequada; atividades assíncronas – eventualmente também síncronas – e, via de regra, encontros presenciais previstos no calendário letivo.

Todas essas são escolhas técnicas, mas são também políticas. Isso porque, quando a escolha política é por decisões técnicas diferentes das listadas, a EaD se transforma em mais uma ferramenta de precarização do trabalho docente, como ocorre em larga escala no Ensino Superior Privado. Portanto, essas escolhas impactam no tipo de educação que se pretende desenvolver, na qualidade, na possibilidade ou não de estímulo e valorização da reflexão crítica, e da possibilidade mesma de oferecer ferramentas

concretas para que as/os discentes obtenham autonomia e exerçam protagonismo no processo de aprendizado e desenvolvimento de pesquisas.

Além disso, considerando o contexto de pandemia e isolamento físico em que estamos vivendo, a implementação do modelo EaD, mesmo que feito de forma compromissada com a qualidade de ensino e respeitando o trabalho intelectual produzido na docência, encontra outros desafios. Por exemplo, no caso das mães e principalmente mães solo: enquanto na EaD é possível uma certa organização da rotina, que envolve o planejamento de momentos específicos de dedicação às atividades (a exemplo de quando as/os filhas/os estão na escola ou creche), no isolamento físico, por outro lado, as crianças estão em casa, demandando atenção e cuidados em tempo integral. Como exigir dessas mães o cumprimento de uma jornada tripla (afazeres domésticos, aulas e filhas/os), sem que haja perda na qualidade desse aprendizado? Como garantir que esse grupo específico não seja deixado para trás na aplicação dessas aulas remotas? O mesmo cenário também pode ser pensado para discentes que têm familiares idosos, pessoas com deficiência e outras pessoas que sejam do grupo de risco e que podem necessitar de uma atenção especial.

Entretanto, de acordo com um primeiro levantamento³¹ realizado pela APG junto a pós-graduandas e pós-graduandos da UFRJ, há outras situações que impedem as pessoas de atender a aulas remotas: questões relacionadas a saúde mental; sobrecarga de trabalho (doméstico, familiar, profissional, etc.); falta de acesso a recursos como *softwares*, laboratórios ou bibliografias que eram acessadas em equipamentos da Universidade; condições materiais prejudicadas, fazendo a luta pela sobrevivência estar à frente de qualquer outra tarefa (em função da perda de emprego, bolsa, ou por uma queda de renda ocasionada pelo período de isolamento), entre outros. Mapear estas questões é um passo importante para buscar soluções que permitam incluir essas pessoas.

³¹ Cf. Apêndice B.

Quadro 1 – Diferenças entre EaD e aulas remotas

EaD	AULAS REMOTAS
Desenho institucional próprio, pensado para a instituição/curso especificamente.	Precisa constituir equipes de apoio técnico, acadêmico, psicológico e material.
Predominância de conteúdos assíncronos (videoaulas gravadas), podendo ter também conteúdos síncronos (aulas em tempo real), normalmente contando com encontros presenciais e avaliações obrigatoriamente presenciais.	Predominância de conteúdos síncronos (aulas em tempo real), no mesmo horário, a mesma disciplina e com a/o mesma/o docente da aula presencial.
Atividades e materiais didáticos previamente pensados, preparados especificamente para a modalidade, em geral padronizados e elaborados por centros de produção de material didático especializados.	Bibliografia indicada para a aula presencial, selecionada pela/o docente da disciplina. Questão: como oferecer acesso (PDFs gratuitos?) levando em conta questões de Propriedade Intelectual também?
Cronograma e calendário padronizado e unificado.	Cronograma e calendário próprio de acordo com o Plano de Ensino , mas adaptado para a situação emergencial.
Avaliações e testes em geral padronizados , preparados pela/o docente da disciplina, ou por equipes formadas para cada área do conhecimento, e corrigidos por tutores, à exceção de alguma atividade final, eventualmente corrigida pela/o docente.	Material elaborado pela/o docente da disciplina, de acordo com o conteúdo abordado durante as aulas remotas, também corrigido pela/o docente.
Curso de formação específico de docentes e tutores para ministrarem conteúdos em modalidade EaD.	É necessária uma capacitação emergencial para adaptação de conteúdos e metodologias a atividades remotas.
Metodologia previamente pensada e adequada à EaD, considerando o tempo dos vídeos e aulas, materiais e exercícios.	Carga horária e conteúdos das aulas precisam ser adequados para uma situação de aula remota.
Plataforma única para todas as turmas, sendo a mais utilizada o Moodle.	Debater quantas e quais plataformas são mais adequadas ao uso, considerando segurança da informação, praticidade de uso e capacidade técnica da UFRJ.
Corpo técnico e profissional previamente preparado para trabalhar com EaD e manual de usuário para discentes.	Necessidade de preparação técnica e equipes permanentes de apoio para docentes, discentes e técnico-administrativas/os.

Dito isso, a EaD, enquanto modalidade, é uma *uberização* das relações de ensino? As críticas a ela são diferentes das críticas ao ensino presencial? Como fica a expansão e popularização do ensino (inclusive como política pública dos governos petistas)?

E ainda: a EaD, enquanto modalidade, já é implementada pela UFRJ em diversos cursos de graduação – muitos em parceria com o CEDERJ, inclusive – e de pós-graduação *lato sensu*, garantindo a qualidade que caracteriza esta instituição centenária e permitindo democratização do acesso e interiorização da Universidade, ampliando o alcance de medidas como a construção de *campi* avançados em Macaé e em Duque de Caxias. Entretanto, não nos parece desejável confundir os debates, apresentando a possibilidade de atividades remotas como “o futuro da Educação” ou questionando o fato de a UFRJ não ter uma estrutura adequada para que todas as suas aulas sejam implementadas de forma remota em tempo recorde, como se isso representasse algum tipo de atraso da Universidade. A UFRJ não está atrasada. Pelo contrário, é uma instituição de excelência responsável por pesquisas de ponta e muito bem conceituada em todos os aspectos.

As possibilidades de inserção de atividades remotas, como parte de disciplinas presenciais e outras formas de aproveitamento das novas tecnologias para complementar e atualizar metodologias de ensino, pesquisa e extensão, não devem ser rechaçadas *a priori*. Contudo, também não é admissível que sejam encaradas como panaceias e implementadas aproveitando a presente crise, assim, *de baciada*.

O avanço das metodologias e uso de ferramentas para dinamizar e aumentar **as possibilidades do ensino devem ser resultado de debates feitos com esta finalidade, com qualidade e parcimônia**. Esses debates precisam contar com a participação de pesquisadores do campo da Educação, capacitados para realizar esta discussão com fundamentação prática e teórica adequada. Deve-se considerar: questões relacionadas a uma possível precarização e mesmo *uberização* do trabalho docente; questões

tecnológicas relacionadas à preservação da soberania, privacidade dos dados e segurança da informação; questões curriculares que dizem respeito à autonomia universitária e à liberdade de cátedra, jamais como um “contrabando” em meio a um momento crítico como o que vivemos agora. Portanto, é importante restar claro que **NENHUMA das soluções ora encontradas para as aulas remotas devem ser admitidas como possíveis práticas permanentes da UFRJ.**

3.2 Extensão de prazos e bolsas: vitórias e obstáculos

Uma questão que aflige pós-graduandas/os, orientadoras/es e coordenadoras/es de Programas de Pós-Graduação é a questão da prorrogação de prazos e bolsas em função da pandemia. Desde o início do isolamento, a Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG) pressiona pela extensão dos prazos e das bolsas, além de lutar pela derrubada³² da Portaria nº 34³³ de CAPES, que foi responsável pelo corte de bolsas em todo o país em pleno período de isolamento.

O movimento científico nacional obteve vitórias importantes! Hoje, há a Portaria nº 55³⁴ da CAPES, os comunicados do CNPq³⁵ e da FAPERJ³⁶ e a Resolução CEPG nº 03/2020³⁷ regulamentando a possibilidade de extensão

³² “ANPG pede revogação imediata da Portaria 34 da CAPES”, disponível em: <http://www.anpg.org.br/20/03/2020/anpg-pede-revogacao-imediata-da-portaria-34-da-capes-assine-o-abaixo-assinado/>

³³ Portaria nº 34 da CAPES, disponível em: <http://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detallar?idAtoAdmElastic=3443>

³⁴ Portaria nº 55 da CAPES, disponível em: <http://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detallar?idAtoAdmElastic=3762>

³⁵ Segundo comunicado do CNPq sobre a COVID-19, disponível em: http://www.cnpq.br/web/quest/noticiasviews/-/journal_content/56_INSTANCE_a6MO/10157/8672718

Informe nº 04 do CNPq, disponível em: http://www.cnpq.br/web/quest/noticiasviews/-/journal_content/56_INSTANCE_a6MO/10157/9069066.

³⁶ Comunicado da FAPERJ “COVID-19: diretrizes e esclarecimentos à comunidade científica e tecnológica”: <http://www.faperj.br/?id=3945.2.2>

³⁷ Resolução CEPG nº 03, de 24 de abril de 2020, disponível em: http://posgraduacao.ufrj.br/public/suporte/pr2/cepg/resolucaoCEPG/2020_03.pdf?1588950953

dos prazos e também das bolsas. Entretanto, como sinalizamos no *Manual sobre a prorrogação de bolsas e prazos durante a pandemia de COVID-19*³⁸ elaborado pela APG UFRJ, uma das problemáticas é a não sobreposição de cotas, ou seja: não será possível a concessão concomitante de bolsas para novas/os discentes enquanto perdurar a prorrogação da/o bolsista atual. **Defendemos que nenhum(a) pós-graduanda/o fique sem bolsa. Assim, novas bolsas devem ser oferecidas para garantir a sobreposição de cotas.** As/os novas/os pós-graduandas/os não podem pagar essa conta: a prorrogação das bolsas vigentes não pode prejudicar a concessão de bolsas de novas/os ingressantes.

Nesse sentido, **defendemos que a UFRJ deve, enquanto instituição de referência nacional, pressionar a CAPES para elaborar um plano de sobreposição de cotas.** É necessário que a agência de fomento redistribua seu orçamento total para encontrar medidas que resolvam este impasse orçamentário.

A modalidade de “bolsas empréstimo”, cujo número aumentou sobremaneira com as últimas normativas da CAPES nesse período, pode ser uma solução para essa questão, visto que são de distribuição discricionária por parte da CAPES. Entretanto, para garantir a redistribuição de acordo com os critérios estabelecidos pela CAPES entre os programas, é preciso **aumentar o número total de bolsas para não haver perdas.**

Sobre a extensão de prazos, a CAPES publicou uma portaria retirando o critério “tempo de titulação” da avaliação dos programas no atual quadriênio (2017-2020). O problema é que o quadriênio termina este ano, ou seja, as defesas a partir de 2021 terão o tempo de titulação utilizado enquanto critério na avaliação.

Assim, nos somamos ao coro nacional **em defesa de uma política de SOBREPOSIÇÃO de cotas de bolsas para que ninguém seja prejudicada/o em**

³⁸ Disponível em: bit.ly/manualdeprazosebolsas

caso de extensão, bem como pela exclusão do tempo de titulação como critério também para a próxima avaliação quadrienal (2021-2024) da CAPES.

Ao mesmo tempo, para além de contar com a sensibilidade e solidariedade das coordenações de PPGs, **pautamos resoluções que resguardem o direito das/os pós-graduandas/os a extensões de prazos e bolsas para todas e todos que solicitarem, em função do período excepcional que vivemos.**

3.3 Quem não adere ao ensino remoto faz o quê?

Aqui, encontramos um debate importante com relação à sobrevivência da Universidade. Alguns Conselheiros nos Colegiados Superiores colocam que a Universidade não pode ficar parada, em forma de argumentação muito próxima do Governo Bolsonaro (“O Brasil não pode parar”). Essa linha de raciocínio deve ser combatida por, obviamente, não ser, sob nenhuma hipótese, real. Principalmente porque, é importante ressaltar, **a Universidade se apoia no tripé Ensino, Pesquisa e Extensão** e a dificuldade ou inviabilização do Ensino ou da Pesquisa não implica necessariamente na impossibilidade da Extensão.

Pelo contrário, a Pró-Reitoria de Extensão (PR5) tem atuado em parceria com vários projetos, coletivos e instituições para promover diversas ações extensionistas neste período de pandemia da COVID-19. Dessas atividades, destacamos alguns projetos, como: “Astronomia através da janela”, realizado em parceria com o Observatório do Valongo, que estimula a observação do Universo da janela de casa; “Projeto Alunos Contadores de Histórias”, onde os alunos contam histórias, agora de suas casas, para as crianças do Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira (IPPMG); e “Compartilhando leituras”, lançado pela Decania do Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH), para que toda sociedade possa dividir suas

produções escritas de qualquer gênero desses tempos de isolamento, entre outros projetos.

Isto demonstra que a Universidade além de **não estar parada**, ainda está em constante **diálogo com a sociedade**, produzindo conhecimento e ações de amparo à comunidade durante esse período de isolamento físico. Apesar disso, boa parte das e dos docentes da UFRJ (inclusive a ADUFRJ) está preocupada com cortes de salários e até com devolução de quantias recebidas em caso de eventual cancelamento de semestre. Professoras/es substitutas/os podem ter contratos cortados, bolsas de pesquisa podem ser devolvidas e, além disso, há a preocupação com o desmonte de Programas de Pós-Graduação.

Nesse sentido, salta aos olhos a movimentação da Procuradoria da República³⁹ no Rio Grande do Norte, que abriu procedimento de investigação contra a UFRN por não se adequar de forma alguma à Portaria nº 343⁴⁰ do MEC. A preocupação com o governo federal é real.

Parece importante, por uma questão de sobrevivência política e também de vontade dos três setores da Universidade, que **algo concreto seja apresentado nesse contexto**.

Além disso, há um anseio das/os discentes em avançar com seus cursos, que muitas vezes ficam obstados por conta dos créditos. A tendência é que se dure por muito tempo a impossibilidade de aglomeração. Como dar resposta a isso? Se temos uma proporção de 80% das pessoas que querem voltar às aulas? Apesar disso, não podemos deixar de lado a concepção de que **uma política pública deve necessariamente incluir aqueles 20% que apresentam dificuldades**. Entendemos que nossas propostas devam andar nesse sentido no próximo período.

³⁹ “Procuradora instaura procedimento para que a UFRN informe motivos da ausência de aulas online durante pandemia”, disponível em: <https://justicapotiguar.com.br/index.php/2020/05/14/procuradora-instaura-procedimento-para-que-a-ufrn-informe-motivos-da-ausencia-de-aulas-online-durante-pandemia/>

⁴⁰ Portaria nº 343, de 17 de março de 2020, disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376>

3.4 Plataformas de internet e a defesa da soberania nacional

A escolha de uma plataforma para mediar as relações entre docentes e discentes em um futuro acesso a aulas remotas deve ser resultado de um amplo processo de discussão. Decisões desse tipo envolvem não apenas a praticidade do uso ou seus custos materiais, mas principalmente **custos pessoais, éticos e morais**. Isso sem falar na questão da autonomia tecnológica. É uma decisão profundamente política, pois envolve não só o acesso e a usabilidade das ferramentas, mas principalmente o manejo de dados sensíveis de pessoas ligadas à UFRJ (discentes, docentes e técnico-administrativas/os) que produzem conhecimento, que está no centro da produção e geração de valor na sociedade contemporânea.

É conhecido o fato de que o capitalismo contemporâneo é alimentado por dados que são extraídos das nossas atividades cotidianas, a partir desse acesso a serviços de internet. Esses dados são o combustível para um sistema que busca sugerir comportamentos a partir de uma ação de publicidade dirigida e controle da mediação informatizada na forma de algoritmo. É essa combinação que diz o que vemos e o que não vemos, o que temos ou não acesso a partir da utilização de **metadados**. Assim se formam estruturas invisíveis que influenciam as nossas ações e alteram a nossa percepção do mundo. Documentários recentes, como *Privacidade hackeada*⁴¹, revelam o impacto que isso pode ter sobre democracias, tendo papel fundamental inclusive na eleição de Jair Bolsonaro no Brasil, em 2018.

Os dados fornecidos por grandes empresas proprietárias de plataformas de internet nutriram inclusive as agências de espionagem estadunidenses. Os casos delatados por Edward Snowden em 2013⁴², que

⁴¹ Direção de Jehane Noujaim e Karim Amer (2019).

⁴² “NSA Prism program taps in to user data of Apple, Google and others”, disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2013/jun/06/us-tech-giants-nsa-data>

tenham por alvo a própria então presidenta da República e a Petrobras, são exemplos desse tipo de coisa. Só foram possíveis com, no mínimo, a anuência das grandes empresas controladoras da informação que usamos.

O **controle da tecnologia**, assim como da informação, científica ou não, que produzimos é uma **questão de soberania**. Não é um mero serviço que podemos comprar no mercado, pois, junto com o serviço, vem um custo pessoal muito alto. No caso da informação científica, ensino em universidade ou troca de informações entre cientistas, os dados coletados podem servir, inclusive, para antecipar alguma inovação que se venha pesquisando, ou mesmo influenciar a pesquisa.

Em artigo publicado em 2018⁴³, Henrique Parra e colaboradores analisaram o uso da **ferramenta Google Suite For Education** e suas implicações. Além das já citadas acima, podemos destacar que os termos de uso dessas ferramentas são, no mínimo, obscuros quando dizem respeito ao uso dos dados. É a conclusão que chegam outros pesquisadores da área, Lindh e Nolin, ao analisarem o uso da mesma ferramenta na Suécia, que inclusive proibiu o seu uso para as escolas.⁴⁴

Outra implicação do uso dessas ferramentas é a **redução do investimento em tecnologias da informação** e toda a infraestrutura que garanta o seu funcionamento. Isso se daria, segundo Parra, quando as universidades considerassem a economia financeira acarretada pelo uso de ferramentas gratuitas de grandes empresas, sem levar em conta o custo pessoal e epistemológico da decisão.

Do ponto de vista estratégico, as disputas pelos rumos da sociedade se acirram em momentos de crise, que vira oportunidade de negócio para grandes empresas lucrarem ainda mais a partir de uma ação casada com os

⁴³ PARRA, Henrique Zoqui Martins; CRUZ, Leonardo; AMIEL, Tel; MACHADO, Jorge. Infraestruturas, Economia e Política Informacional: o Caso do *Google Suite For Education*. Mediações, Londrina, v. 23, n. 1, p. 63-99, jan-abr. 2018.

⁴⁴ LINDH, Maria; NOLIN, Jan. *Information we collect: surveillance and privacy in the implementation of Google apps for education*. European Educational Research Journal, Oxford, v. 15, n. 6, p. 644-663, jul. 2016.

Estados. Agora, durante a pandemia, com a impossibilidade de encontros presenciais, uma nova doutrina surge, com novas possibilidades de negócios para as empresas que já controlam a maior parte da mediação informatizada. Google e Microsoft estão fazendo negócios com o governo de Nova Iorque para apresentarem soluções para uma educação a distância. A empresa **Zoom**, de videoconferências, tem lucrado bilhões de dólares com o uso indiscriminado e acrítico de sua ferramenta, causando sérios problemas de segurança para seus usuários.

Essa situação levou Naomi Klein a formular um novo conceito para a situação atual: *screen new deal*⁴⁵, onde as telas são a nova forma de interação e negócios, que escondem uma camada de apropriação dos saberes, a partir da extração de dados e metadados dos usuários dessas ferramentas.

Portanto, **a escolha de uma plataforma para mediação das relações na UFRJ não pode ser feita pela simples praticidade ou comodidade**. Existe uma grande responsabilidade nessa escolha. Pelo tamanho de sua estrutura, pelo seu capital social acumulado durante esses quase cem anos de existência, a UFRJ é capaz de influenciar outras instituições de ensino e pesquisa.

A escolha pode ser para o lado da **apropriação do conhecimento** que produzimos, em busca de comodidade, ou pode ser o lado da **autonomia tecnológica**, da proteção dos dados pessoais e do caráter estratégico da pesquisa aqui realizada. Essa escolha é certamente mais difícil e trabalhosa e talvez com custos operacionais imediatos maiores. Mas terá ganhos futuros a médio e longo prazo, tanto no que diz respeito à produção científica como de proteção das pessoas e equilíbrio de poder. Não é uma escolha natural e não deve ser tratada dessa forma. É, sim, uma oportunidade para que esse debate venha à tona e tome toda a Universidade de forma que possamos decidir os nossos próprios rumos.

⁴⁵ "SCREEN NEW DEAL: Under Cover of Mass Death, Andrew Cuomo Calls in the Billionaires to Build a High-Tech Dystopia", disponível em: <https://theintercept.com/2020/05/08/andrew-cuomo-eric-schmidt-coronavirus-tech-shock-doctrine/>

3.5 Não podemos deixar de lado as pessoas em situação de vulnerabilidade!

A pandemia apresenta também uma questão de agravamento das diferenças sociais na sociedade capitalista. Isso fica claro pelo maior nível de mortalidade em decorrência da COVID-19 nas áreas periféricas⁴⁶, que indubitavelmente manifesta-se também nas condições de acesso remoto da Universidade. Assim, é importante que qualquer solução abarque questões como **DEFICIÊNCIAS, GÊNERO, CLASSE SOCIAL e RAÇA**. É importante ressaltar que essas soluções não podem se restringir apenas a questões técnicas e de acesso: é preciso que todas as realidades (sociais e culturais) sejam consideradas e respeitadas. Para tal, é imprescindível estruturar um sistema de informação sobre docentes, discentes e corpo técnico, que disponha de dados-chaves de cunho social capazes de fornecer informações assertivas e nortear ações. Assim, recomenda-se a revisão e a atualização do formulário de cadastro de discentes, bem como procedimentos de preenchimento, atualização de dados e funcionalidades de extração de relatórios.

Além disso, no que diz respeito às pessoas com corte de bolsas, desemprego, falta de auxílio emergencial, falta de alimentação, entendemos ser o caso de tentar construir alguma política de **bolsa emergencial** ou pelo menos um **contato direto** com a Universidade para pedido de auxílio.

Um olhar sobre o capacitismo: a importância da acessibilidade informacional

De acordo com o último censo demográfico, cerca de 26% da população brasileira é composta por pessoas com deficiência (Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de 2010). A inclusão dessas pessoas nos diversos espaços e instituições é obrigatória por lei desde o ano

⁴⁶ "Covid-19 é mais letal em regiões de periferia no Brasil", disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/covid-19-mais-letal-em-regioes-de-periferia-no-brasil-1-24407520>

de 2015⁴⁷, sendo direito da pessoa com deficiência a igualdade de oportunidades com as demais pessoas, sem que sofra qualquer tipo de discriminação, intencional ou não.

Entretanto, as Pessoas com Deficiência (PcD) são frequentemente negligenciadas no desenvolvimento de políticas públicas. Há muito o que avançar no quesito acessibilidade, mesmo em condições de aulas presenciais. Faltam intérpretes da Língua Brasileira de Sinais (Libras), materiais adaptados ao *Braille*, audioguias e audiodescrição dos materiais didáticos e livros-texto, estruturas arquitetônicas sem rampas e elevadores, entre tantos outros.

No que se refere às atividades remotas, é importante ressaltar que **quando falamos de acessibilidade, não estamos nos referindo apenas às barreiras físicas e arquitetônicas**. Além da deficiência física, há também as deficiências sensoriais, intelectuais, psicossociais e múltiplas.

Além de prover o acesso, é necessário identificar todas/os as/os discentes com deficiência, de forma a assegurar as condições necessárias para acompanharem as aulas remotas com assistência individualizada. De outro modo, a Universidade deve garantir seu direito a não cursar nenhuma disciplina de forma remota, como qualquer outra/o discente, se assim for sua vontade.

Nesse sentido, para a construção de uma universidade inclusiva, é preciso um olhar atento às barreiras nas comunicações e na informação, bem como às barreiras tecnológicas. **Se a informação não está disponível a todas as pessoas, de modo seguro e autônomo, ela não está acessível**. Essa é uma preocupação não só política, mas legal. Assim, apenas como alguns dos exemplos, questionamos:

Quais são as políticas pensadas para as/os surdas/os? Haverá intérpretes de Língua Brasileira de Sinais (Libras) para todas/os elas/eles?

⁴⁷ Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015), disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/513623/001042393.pdf>

Quais são as políticas pensadas para as/os cegas/os e pessoas com baixa visão? Sendo o tato um sentido tão importante para essas pessoas, quais medidas serão tomadas em tempos de ensino remoto? Haverá algum investimento em materiais didáticos táteis?

Por que precisamos falar de gênero?

É importante sublinhar que existe uma assimetria de gênero relacionada à produtividade acadêmica. A jornada tripla das mulheres mães e/ou cuidadoras afeta sua produtividade de maneira desproporcional quando comparada a de homens. Um grupo de pesquisadoras brasileiras, o “Parent in Science”, publicou uma carta na revista *Science*, versando sobre o impacto da pandemia na carreira acadêmica das mulheres.⁴⁸

Para além do alerta sobre esse desequilíbrio, pesquisas apontam que as **mulheres estão produzindo menos durante a quarentena, ao passo que os homens estão produzindo mais**⁴⁹. É nesse sentido que defendemos a criação de políticas públicas para as mães durante este período de isolamento físico compulsório, entendendo que essas diferenças não são exclusivas do momento atual, mas estão intensificadas durante a pandemia.

Não à toa, autoras como Donna Haraway⁵⁰ e Debora Diniz⁵¹ defendem que a interdependência e mecanismos coletivos de amparo fazem parte da construção política de um mundo comum possível; ou seja, a mobilização de

⁴⁸ “Pesquisadoras temem que pandemia acentue diferenças de gênero na ciência”, disponível em: <http://www.faperj.br/?id=3982.2.1>

⁴⁹ “Pesquisa feita por mulheres cai durante a pandemia e produção de homens aumenta”, disponível em: <https://revistamarieclaire.globo.com/Noticias/noticia/2020/05/pesquisa-feita-por-mulheres-cai-durante-pandemia-e-producao-de-homens-aumenta.html>
“*Women academics seem to be submitting fewer papers during coronavirus. ‘Never seen anything like it,’ says one editor*”, disponível em: <https://www.thelily.com/women-academics-seem-to-be-submitting-fewer-papers-during-coronavirus-never-seen-anything-like-it-says-one-editor/>

⁵⁰ Cf. HARAWAY, Donna. *Staying with the Trouble: Making kin in the Cthulucene*. Duke University Press, Durham e Londres, 2016.

⁵¹ Cf. “Mundo pós-pandemia terá valores feministas no vocabulário comum, diz antropóloga Debora Diniz”, disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/04/mundo-pos-pandemia-tera-valores-feministas-no-vocabulario-comum-diz-antropologa-debora-diniz.shtml>

redes de apoio, de solidariedade, expressam valores marcadamente feministas. Muitas vidas, sobretudo a de mulheres, especialmente quando mães e ainda mais quando mães solo, amparam-se em redes que são necessariamente sociais. Então cabe, em período de isolamento físico, pensar em como não apagar essas redes. Dessa forma, questionamos:

Qual política pode ser apresentada para as mães? E para as mães solo?

Além da questão da maternidade e da produtividade, precisamos falar sobre uma questão muito sensível: o **aumento considerável de violência doméstica** durante o isolamento não só no Brasil⁵² e na América Latina⁵³, mas no mundo todo⁵⁴. Diante disto, é fundamental pensar em políticas de suporte psicológico e outras estratégias de apoio a essas mulheres.

Raça e classe nas condições de aulas remotas

Uma das grandes lutas sociais das últimas décadas foi pela aprovação das **cotas raciais e sociais** no ensino superior, integradas a políticas de permanência estudantil. Tais políticas vêm ganhando fôlego também na pós-graduação, já com alguns programas adotando ações afirmativas em seus processos de seleção. Há grande pressão, por um quantitativo cada vez maior de estudantes negras e negros e de baixa renda, por uma resolução unificada de ações afirmativas para a pós-graduação. Aliadas/os a esse movimento, que pode ser entendido também como popularização da pesquisa e democratização da universidade, defendemos que seja necessário olhar para

⁵² “Coronavírus: denúncias de violência doméstica aumentam e expõem impacto social da quarentena”, disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/coronavirus-denuncias-de-violencia-domestica-aumentam-e-expoem-impacto-social-da-quarentena/>

⁵³ “Outra pandemia”: violência doméstica aumenta na América Latina em meio a isolamento”, disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/reuters/2020/04/27/outra-pandemia-violencia-domestica-aumenta-na-america-latina-em-meio-a-isolamento.htm>

⁵⁴ “Violência física e sexual contra mulheres aumenta durante isolamento social provocado pelo coronavírus”, disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/04/19/violencia-fisica-e-sexual-contramulheres-aumenta-durante-isolamento-social-provocado-pelo-coronavirus.ghtml>

esses setores do corpo social da UFRJ, frequentemente prejudicados também por questões de acesso à internet ou falta de condições adequadas de trabalho remoto em suas residências.

Vale lembrar, como dito anteriormente, que **é esse o setor da população que mais tem sofrido com a pandemia de COVID-19** e que precisará se afastar seja para cuidados de si ou de outras pessoas, seja por questões de saúde mental. Para além disso, diante da **inexistência de dados unificados sobre raça e renda do corpo discente de pós-graduação** da UFRJ, urge criar um mecanismo para gerar esses dados obrigatoriamente na matrícula junto aos Programas de Pós-Graduação. Os dados são peça-chave para gerar políticas públicas.

3.6 Respostas de curto e médio prazo

Como consideramos importante termos um compromisso com a modalidade presencial de ensino, **devemos deixar de fora a ideia de produzir soluções de longo prazo**. Entendemos que a Universidade deve se planejar para esses momentos, mas sem a perspectiva de que as aulas remotas serão o futuro da Educação. Nesse sentido, importante apontar que só possamos pensar na volta das atividades pelo **menos a partir de agosto**, colocando isso como **CURTO** prazo. E que devemos fazer um planejamento diferenciado para até a segunda metade do ano que vem, **setembro** de 2021, considerando esta uma medida de **MÉDIO** prazo. Podemos dizer que **LONGO** prazo é quando voltar a ser possível aglomeração. Como não há qualquer previsão a respeito, seria futurologia pensar qualquer proposta nesse sentido.

Contudo, é importante elaborar soluções para períodos pós-isolamento, em que seja viável realizar algumas atividades presenciais sem aglomeração. Cabe ressaltar que **não há possibilidade de não atrasar os calendários letivos, isso já é uma constatação**. A questão é como pensar um calendário que não gere ainda mais desgastes, seja pelo excesso de



improviso, seja pela pressa em superar a defasagem entre o ano civil e os períodos acadêmicos.



4º EIXO

CONTEÚDO OPERACIONAL

4.1 Garantir os direitos das/os discentes da UFRJ

É imprescindível garantir o direito de que as inscrições das e dos discentes sejam preservadas e garantidas no futuro pós-pandemia, bem como a possibilidade de **trancamento especial a QUALQUER tempo** daqui em diante ou mesmo a garantia de que não haverá atribuição de conceito Insuficiente (I) para nenhum(a) discente. Obviamente, a argumentação **não é por qualquer tipo de aprovação automática**, mas pela possibilidade até mesmo de cancelamento justificado (J) de uma disciplina mesmo após ela ter sido finalizada, por exemplo.

Se um(a) discente se matricula para uma aula remota e no meio do semestre percebe que não consegue continuar, ela/e será reprovada/o na disciplina? **Defendemos que não.**

Quando houver dificuldades tecnológicas pela dificuldade de um docente ligar o microfone ou um discente ajustar seu áudio para entender o conteúdo, haverá **reposição** desta aula? Isso precisa ficar claro pois parece ser uma situação bastante provável.

Será necessário o auxílio de uma equipe de Tecnologia da Informação (TI) para cada plataforma utilizada? Pensando no quantitativo de programas e disciplinas, é possível um apoio técnico a todo o corpo social? Isso seria feito por uma equipe centralizada ou dividida por Centro?

É necessário também pensar a quantidade de alunos por turma. O modelo usado em **aula presencial não pode, absolutamente, ser transposto para o remoto sem alterações**. É preciso pensar, talvez, em turmas especiais, voltadas para casos específicos (como o de mães solo, pessoas com idosos sob o cuidado, entre outros que não possam organizar seu cotidiano de forma a reservar um tempo exclusivo para o acompanhamento das aulas). A Universidade já oferece soluções para mães ou para discentes afastados por motivos de saúde, como atividades que podem ser realizadas em casa e até mesmo avaliações. Soluções similares devem ser pensadas para abarcar o

conjunto de discentes que tiverem dificuldades concretas para atender a atividades de ensino síncronas.

A maior parte dessas respostas vem com a necessidade de ampliação de carga horária dos professores ou de maior contratação de professores.

4.2 Como fica para quem não tem acesso à internet?

O vice-reitor, na apresentação do CEPG, já apresentou que estão estudando um plano para providenciar internet aos alunos que não possuem acesso. Os estudos apontam a compra de *chips* de celular ou o pagamento de planos de internet via parceria com operadoras. Essa é a resposta da Reitoria que temos no momento.

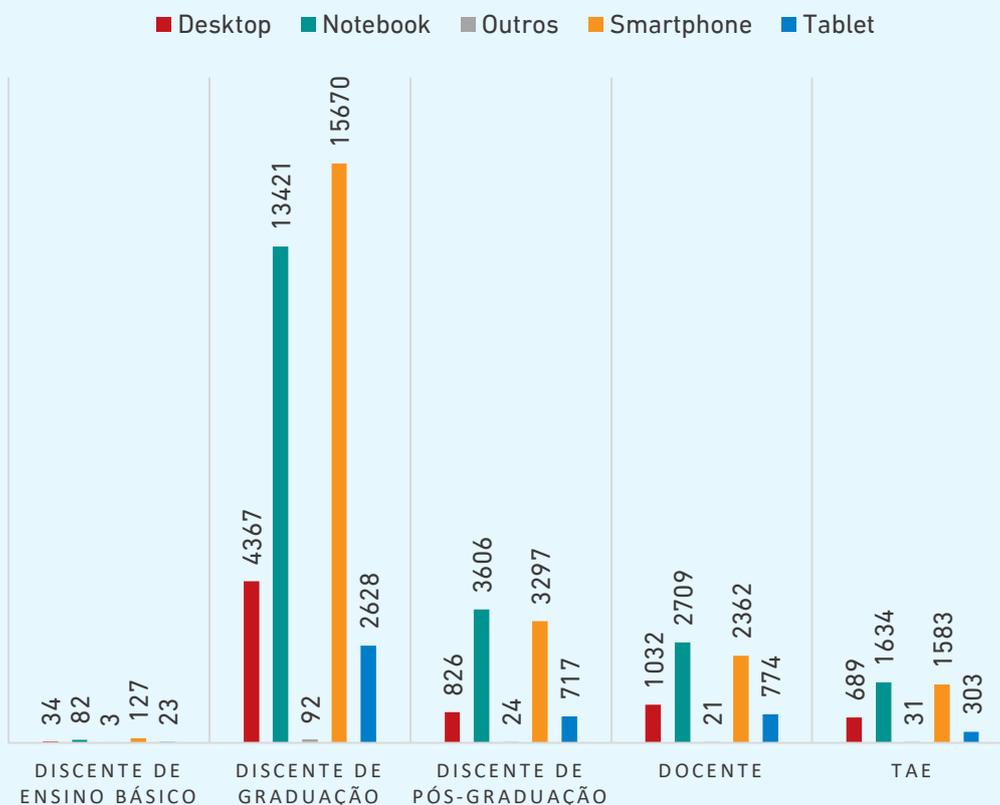
Importante ressaltar que esse é um problema não só das/os discentes. Muitas/os técnico-administrativas/os não têm condições de ter acesso à internet, quem dirá as/os trabalhadoras/es terceirizados.

Quanto ao Gráfico 1, que segue, é preciso considerar que uma parcela de pós-graduandas e pós-graduandos pode não ter equipamento de uso exclusivo (detalhe que não fez parte do levantamento da Reitoria). Isso pode ser um complicador para a necessidade de utilização do equipamento em atividades de ensino síncronas, bem como para a realização de estudo e preparação para essas aulas, se a/o discente precisa dividir o equipamento com outras/os familiares. Nesse sentido, limitar a análise à propriedade ou não de computadores ou outros equipamentos torna-se insuficiente na busca pela resposta sobre quem pode ou não acompanhar as atividades de modo remoto.

Chama a nossa atenção a ação desenvolvida pela UNICAMP de buscar no seu próprio inventário equipamentos que pudessem ser concedidos em caráter de empréstimo a discentes. Também seriam possíveis parcerias com instituições públicas e privadas para a doação de equipamentos.

Gráfico 1 – Levantamento da Reitoria sobre o tipo de equipamento na residência de integrantes do corpo social

TIPO DE EQUIPAMENTO NA RESIDÊNCIA



Legenda: Responderam ao questionário: 135 discentes de ensino básico; 17.690 discentes de graduação; 4.049 discentes de pós-graduação (cerca de 30% do total de pós-graduandas/os); 3.088 docentes; 2.207 técnico-administrativas/os (TAE). Os somatórios excedem o total de respondentes uma vez que era possível marcar mais de uma opção.

Fonte: Adaptado da apresentação do Grupo de Trabalho Formas Alternativas de Ensino (UFRJ), em maio de 2020.

4.3 Como fica a capacitação das/os docentes para este momento?

É evidente que a questão do acesso das e dos discentes é algo central, porém não é o único óbice à resolução do desafio apresentado. Outra questão preocupante é que **muitas/os docentes também têm grande dificuldade no acesso às plataformas digitais** e não possuem acesso à internet de qualidade.

É importante considerar que mesmo com um bom plano de internet, em determinadas regiões do município do Rio de Janeiro, por exemplo, as operadoras simplesmente não possuem infraestrutura instalada para vencer os obstáculos impostos pela própria geografia da cidade (em outras palavras, a banda larga no Brasil é muito estreita!). Ademais, existe toda uma problemática pedagógico-metodológica na elaboração e seleção de conteúdos para as aulas remotas. Qual a política pensada nesse aspecto? Será dado **TEMPO** (para preparar suas aulas e materiais) e **CAPACITAÇÃO** para as/os docentes desenvolverem e planejarem suas aulas remotas?

4.4 Como se dará o volume de conteúdo das aulas?

Aqui as perguntas são muitas:

1. A carga horária será distribuída da mesma forma, caso contabilizem o mesmo número de **créditos**?
2. Serão ofertadas disciplinas obrigatórias ou apenas disciplinas **eletivas/optativas**?
3. As aulas virtuais serão aceitas com menor quantidade de conteúdos que as presenciais devido a um provável menor tempo do **período letivo**?
4. As horas de aula ministradas serão reduzidas, considerando a maior exaustão⁵⁵ provocada por ferramentas online?
5. As turmas serão limitadas a 10 ou 15 discentes a fim de permitir um melhor aproveitamento das aulas?
6. Se as turmas forem reduzidas, como garantir vagas a todas/os?
7. Serão abertas mais de uma turma por disciplina?
8. Haverá contratação de professores substitutos?

⁵⁵ Cf. "Por que as pessoas estão ficando cansadas após videoconferências?", disponível em: <https://super.abril.com.br/comportamento/por-que-as-pessoas-estao-ficando-cansadas-apos-videoconferencias/>
Cf. "How to Combat Zoom Fatigue", disponível em: <https://hbr.org/2020/04/how-to-combat-zoom-fatigue>

4.5 Como será tratada a questão da saúde mental?

Em um dos formulários desenvolvidos pela APG⁵⁶, perguntamos questões mais específicas quanto à saúde mental. Dos 1.210 respondentes, 80,1% das e dos discentes afirmam estar enfrentando crises de cunho psicológico que impedem ou atrapalham a realização de atividades da pós-graduação durante o período da quarentena.

Sabendo-se que era possível marcar mais de uma opção, quando questionamos *quais* são as problemáticas, 43,6% assinalaram “ansiedade”, 21,4% marcaram a opção “ansiedade e depressão”, 18,3% sentem-se “pressionados pela família (cuidar dos filhos, atenção aos idosos...)”, 18% enfrentam crises que “não conseguem identificar/nomear”.

Dito isso, é imprescindível que QUALQUER projeto feito pela Universidade consiga apresentar uma resposta para essa parcela significativa da UFRJ. Inclusive, a própria UFRJ vem desenvolvendo, através do Núcleo de Bioética e Ética Aplicada (NUBEA), uma iniciativa de apoio à saúde mental das/os trabalhadoras/es e estudantes envolvidas/os no enfrentamento à COVID-19. A Universidade tem condições de expandir esse projeto para atender todo seu corpo social? Para mais, a Universidade tem condições de **organizar uma equipe voltada à saúde mental para fazer atendimentos online e gratuitos** a tantos docentes, técnico-administrativas/os e discentes quanto for necessário?

Destacamos o papel pioneiro que o Núcleo de Bioética e Ética Aplicada do Centro de Ciências da Saúde (CCS) tem nesse quesito ao criar um *site*⁵⁷ para dar atendimento à comunidade acadêmica.

A Central de Apoio à Saúde Mental dos Trabalhadores e Estudantes (CEATE) é um projeto de extensão registrado pelo NUBEA em parceria com outras instituições, que inicialmente prestava serviços de apoio à saúde

⁵⁶ Cf. Apêndice B.

⁵⁷ Disponível em: <http://nubea.ufrj.br/index.php/centraldeapoio>

mental de profissionais ligados ao enfrentamento da COVID-19, mas que recentemente estendeu seu alvo de atuação também para o corpo discente da UFRJ e possibilita o agendamento de consultas ou atendimento em tempo real. O Núcleo alerta para os pareceres da ONU, que **preveem uma pandemia de saúde mental em decorrência dos efeitos sociais da pandemia** e do isolamento físico, além da necessidade deste amparo para todo corpo da UFRJ que dele precisar.

Acreditamos que é importante que a UFRJ busque voluntários interessados, com perfil adequado, que possam receber orientação e participar do atendimento emergencial, além de pensar numa política de financiamento e suporte material.

4.6 E como fica o trabalho das/os técnico-administrativas/os?

Uma primeira questão a ser apresentada é que **as/os técnico-administrativas/os em sua maioria TAMBÉM não possuem capacitação para uso das plataformas digitais diversas**. Esse treinamento será dado? Parece que o GT de Formas Complementares de Ensino tem se debruçado nesse sentido.

Em segundo lugar, a Universidade oferecerá qual estrutura para as/os técnicas/os organizarem a administração das matrículas, cancelamentos, lançamentos de informações nos históricos e plataformas da Universidade?

4.7 Profissionais em luta contra a COVID-19

Os profissionais (sobretudo da área da saúde) que estão atuando na linha de frente do combate à COVID-19 e estão matriculados em disciplinas terão algum regime especial de aulas ou terão que esperar a reposição

presencial prometida? Essas/es discentes serão desconsideradas/os caso as aulas remotas aconteçam, por ficarem atrasados?

Por representarem uma realidade distinta do restante do corpo social da UFRJ, **defendemos que devam ser estabelecidas regras diferenciadas para essas pessoas** (docentes e discentes).

4.8 Qual plataforma a UFRJ vai adotar para essas atividades?

A escolha da plataforma não é uma mera escolha entre as opções do mercado. Assim como a maioria das revistas acadêmicas brasileiras optaram por usar o Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER) – traduzido e distribuído pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e produzido por um *pool* de universidades estadunidenses e canadenses –, há também, diante da demanda por uma interação à distância no meio acadêmico, a possibilidade de desenvolver as ferramentas necessárias para essa demanda ou adaptar as ferramentas criadas por comunidades para esse fim. A maior parte delas já existe em **software livre** e pode ser gerida em conjunto com outras universidades públicas, o IBICT, a RNP. **Essa mesma Rede já possui uma ferramenta de videoconferência, por exemplo.** Uma ferramenta óbvia e imediata a que a Universidade tem acesso é o **Moodle**, que pode ser complementada pelo uso de outras.

Ficamos assim com algumas questões. A Universidade utilizará sua capacidade técnica para utilizar ou desenvolver plataformas próprias para as atividades educacionais remotas? E para as aulas (videoconferências), podemos ter garantia de que serão em plataformas de Código Aberto (*Open Source*) e/ou com **criptografia de ponta a ponta**? A UFRJ utilizará as tecnologias e capacidade técnica de que já dispõe e se desafiará a desenvolver as soluções que ainda não possui (mas que tem capacidade técnica para fazer) ou exporá seu corpo social à utilização de serviços

privados que não garantem privacidade ou segurança dos dados (inclusive de pesquisa!) e podem passar a ser pagos a qualquer momento?

Além disso, com a nova realidade virtual, é importante trazer a preocupação da Ouvidoria da UFRJ de que a Universidade construa um **protocolo de conduta ética na Web**, de forma a balizar como vão funcionar as relações interpessoais na esfera virtual daqui em diante.

4.9 E a avaliação das disciplinas?

Embora seja um problema de complexidade maior para a graduação que está ainda muito relacionada às provas escritas, para muitas áreas do conhecimento também na pós-graduação *stricto sensu* isso é uma questão importante. **Como organizar avaliações eficientes e confiáveis remotamente?**

4.10 Como proteger os PPGs que não aderirem às aulas remotas?

Parece claro que **alguns cursos e programas não terão soluções a curto nem a médio prazo para a volta de suas atividades**. Algumas atividades simplesmente não podem ser realizadas de modo remoto, por envolverem trabalhos corporais que necessariamente devem ser desenvolvidos de maneira presencial, seja por exigirem o uso de equipamentos e laboratórios ou mesmo atividades de campo. Entretanto, devido às avaliações da CAPES, como proteger esses cursos de caírem de nota ou mesmo de simplesmente deixarem de existir? **Como proteger seus docentes e técnico-administrativas/os da ameaça de cortes na remuneração** ou mesmo de eventuais represálias do Poder Executivo Federal, que coloque em risco sua estabilidade de servidor(a) pública/o?

Como defendemos que as aulas remotas sejam um direito e não uma obrigação, é necessário pensar como a Universidade tratará casos de

programas, docentes e discentes que optarem por não aderir a aulas remotas. Defendemos que a Universidade se debruce sobre esta questão para apresentarmos, desde já, formas de defender os direitos dessas pessoas e preservar essas instituições, ou teremos o fim de muitos Programas de Pós-Graduação na UFRJ. **Precisamos de uma política DIFERENCIADA para esses programas e/ou disciplinas.**

4.11 Como a Universidade poderá contemplar Pessoas com Deficiência?

A acessibilização das aulas para pessoas com deficiência é uma questão pendente mesmo no modo presencial. No entanto, no quesito aulas remotas, outro fator entra em cena: a acessibilidade nos recursos digitais. O *site "W3C Web Accessibility Initiative"*⁵⁸ apresenta diretrizes importantes para a **acessibilidade digital** de *websites*, a fim de permitir o uso acessível das ferramentas online. A acessibilidade digital deve seguir quatro princípios: a informação deve ser **perceptível** a todas/os as/os usuárias/os (sem informações escondidas), **operável** por toda e qualquer pessoa, **compreensível** a qualquer tipo de inteligência ou forma de comunicação e seu conteúdo deve ser **robusto**, a fim de que as tecnologias existentes continuem permitindo o acesso e uso de qualquer informação.

De acordo com informações extraídas do SIGA⁵⁹, **há 47 pós-graduandas/os que se autodeclaram Pessoas com Deficiência**. Mesmo considerando a possibilidade de nem todas as pessoas nesta condição terem registrado essa informação no sistema, isso indica que o universo a ser atendido não é grande, o que permite políticas específicas para garantir que ninguém fique pra trás.

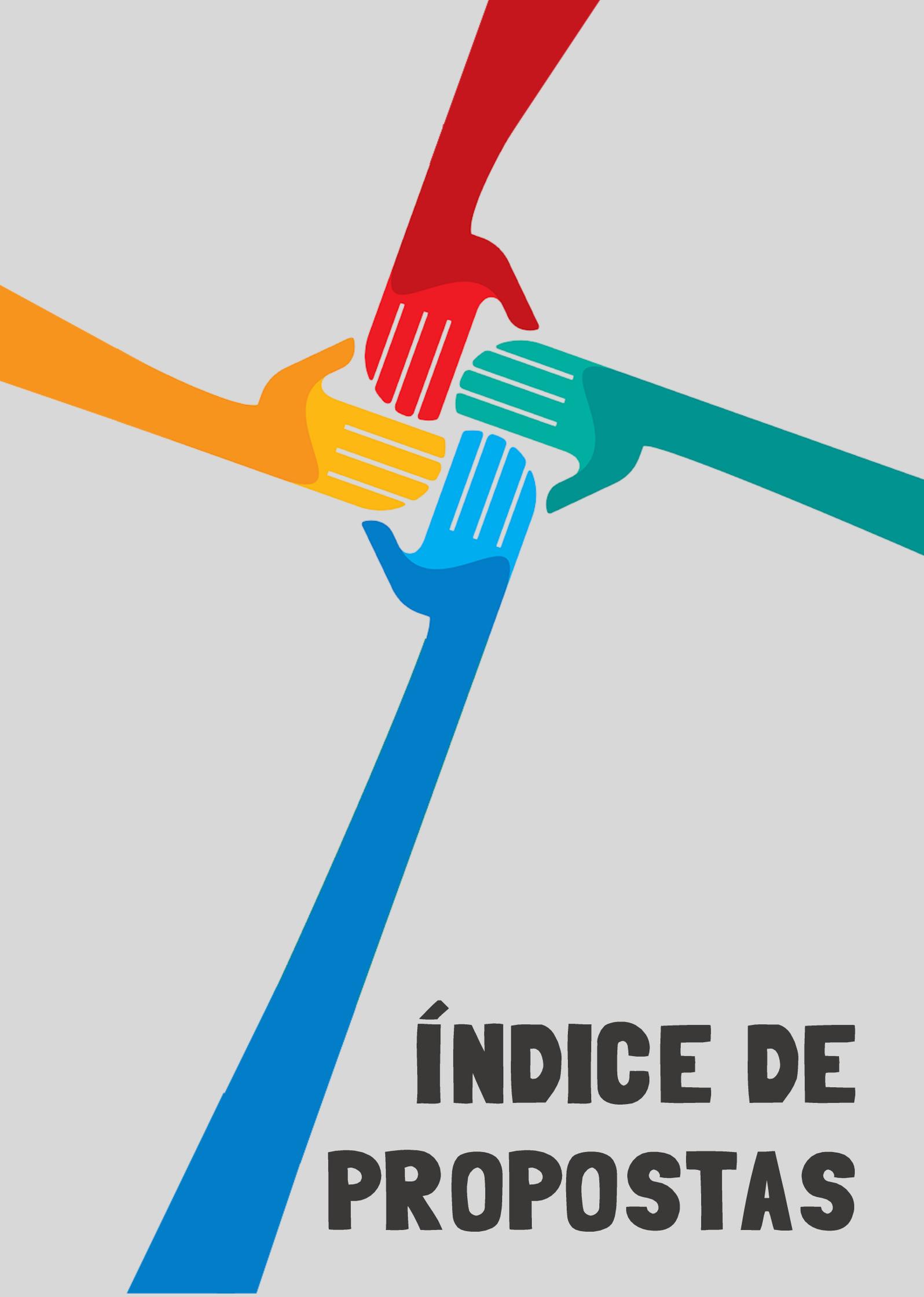
⁵⁸ Disponível em: www.w3c.org

⁵⁹ Aproveitamos para agradecer ao pesquisador Felipe Di Blasi, doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação, Gestão e Difusão em Biociências, pela disponibilização dos dados.

Nesse sentido, é necessário que o GT Educação e Acessibilidades entre em contato com as/os pós-graduandas/os com deficiência para mapear quais são suas necessidades de **tecnologias assistivas**, como por exemplo a disponibilização de um(a) intérprete de Libras ou de profissional apta/o a realizar audiodescrições.

4.12 Qual política será construída para concluintes?

Da mesma forma que muitas pessoas estão sem condições de ter aulas nesse momento, temos também a realidade de uma parte das/os discentes que precisam de seus diplomas para seguir sua vida profissional – ficar parada/o por meses é algo que inviabiliza tal propósito. Muitas/os pós-graduandas/os vêm de outras localidades e por isso pagam aluguéis para permanecerem no Rio de Janeiro. É possível garantir que eles possam voltar para seus estados ou municípios sem ter qualquer perda em termos acadêmicos?



ÍNDICE DE PROPOSTAS

ÍNDICE REMISSIVO DE PROPOSTAS

As propostas apresentadas neste documento buscam atender aos princípios que o norteiam: garantia de inclusão e qualidade no processo de retomada do calendário acadêmico com atividades remotas. Isso exige que a universidade ofereça soluções em ao menos **quatro dimensões: TÉCNICA, ACADÊMICA, PSICOLÓGICA e MATERIAL**. Entretanto, longe de encerrar o debate, o intuito é, pelo contrário, oferecer uma contribuição em cima da qual possamos avançar. Como acreditamos na força da inteligência coletiva, achamos importante que nos seja dada uma devolutiva após a leitura, a fim de avançarmos em novas propostas e refletir criticamente sobre a elaboração apresentada neste documento.

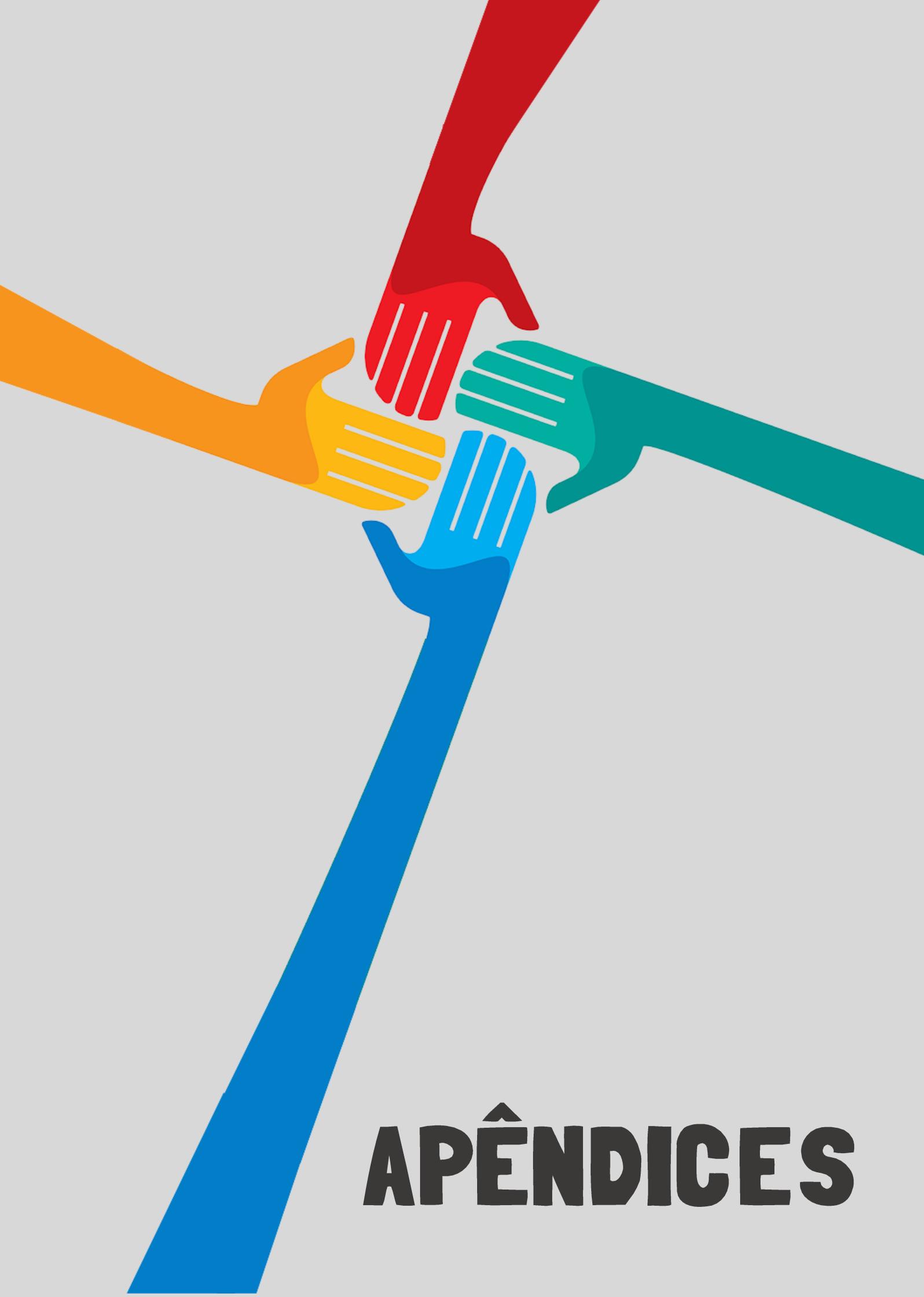
Entre em contato com a APG UFRJ!

A elaboração deste índice remissivo tem por objetivo facilitar a busca do argumento que fundamenta cada proposta apresentada, a partir da indicação da(s) página(s) onde tal fundamentação pode ser encontrada neste documento.

- Direito das inscrições, trancamento especial (J) ou até mesmo cancelamento das disciplinas para os discentes a qualquer momento do período acadêmico, **10-11, 48-49**
- Garantia de não atribuição de conceito “Insuficiente” (I) em qualquer disciplina durante períodos de isolamento, **48-49**
- Metodologia para o debate de aulas remotas nos Grupos de Trabalho e demais instâncias da Universidade, **11-13**
- Elaboração de um cronograma de debates com especialistas e entidades representativas da UFRJ, **14-15**
- Composição de um comitê com cientistas de diversos campos do saber dentro da Universidade, **17-28, 30-34**
- Aquisição de *chips* com acesso à internet; **23-25, 49-50**

- Aquisição de equipamentos tecnológicos que permitam acesso às aulas, **23-25, 49-50**
- Concessão de bolsas emergenciais, **23-25, 41-45**
- Definição do uso de plataformas virtuais que permitam preservar a privacidade e segurança dos dados, tanto de discentes quanto de técnico-administrativas/os e docentes, apoiadas ou desenvolvidas a partir da capacidade técnica de produção da própria UFRJ, **23-25, 38-40, 48-49**
- Desenvolvimento de ferramentas que permitam o acesso a recursos informacionais, **23-25, 38-40**
- Criação de uma equipe técnica para resolução de problemas tecnológicos, **23-25**
- Criação de uma equipe de apoio acadêmico de deverá acompanhar todo o processo e resolver possíveis dificuldades/problemas, **23-25**
- Criação de uma equipe de apoio psicológico gratuito disponível para todo corpo social da universidade, **23-25, 27-28, 41-45, 52-53**
- Capacitação técnica de docentes e técnico-administrativas/os, além do fornecimento de ferramentas para tal, **23-25, 27-28, 50-51, 53-54**
- Mapear as exceções para a produção de um formato de aula remota que atenda a grupos especiais (como mães, mães solas, pessoas com deficiência, entre outros), **30-34, 36-37, 41-45, 56-57**
- Elaboração de tutorial para discentes, **23-25**
- Desenvolvimento de uma política especial para mães, pessoas que cuidam de crianças, idosos, pessoas com deficiência e outros que se incluam no grupo de risco, **23-25, 41-45, 48-49, 56-57**
- Desenvolvimento de uma política especial para os profissionais que estão na linha de frente no combate à COVID-19, **23-25, 53-54**
- Desenvolvimento de uma política de proteção de docentes e Programas de Pós-Graduação que não aderirem às aulas a possíveis represálias do governo, **23-25, 55-56**

- Planejamento do currículo acadêmico para aulas remotas de forma própria, temporária e singular, **25-27**
- Planejamento do currículo acadêmico para além de conteúdos, metodologias e plataformas, incluindo também taxas e perfis de evasão, tempos de titulação, entre outros, **25-27**
- Criação de um mecanismo para gerar dados sobre raça e renda na Pós-Graduação, **41-45**
- Revisão e a atualização do formulário de cadastro de docentes, discentes e corpo técnico (com atenção a dados sobre, mas não limitado a, deficiência, gênero, classe social e raça), bem como procedimentos de preenchimento, atualização de dados e funcionalidades de extração de relatórios, **41-45**
- Ampliação da carga horária dos docentes ou contratação de novos professores, **48-49, 51**
- Plano de sobreposição de cotas para garantia de novas bolsas para ingresso, **34-36**
- Criação de um protocolo de conduta ética na *Web*, **54-55**
- Construção de uma política diferenciada para os PPGs e/ou disciplinas que exigem atividades presenciais, **55-56**
- Construção de uma política (incluindo ferramentas de acessibilidade e/ou assistência individual) apropriada para pessoas com deficiência, **41-46, 56-57**



APÊNDICES

APÊNDICE A

ALGUNS EXEMPLOS DE OUTRAS IES

De acordo com matéria publicada pelo portal G1 em 14 de maio de 2020⁶⁰, apenas 6 das 69 universidades federais do Brasil haviam decidido pelas aulas remotas até aquela data: 1) Universidade Federal do ABC (UFABC); 2) Universidade Federal do Ceará (UFC); 3) Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS); 4) Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS); 5) Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); e 6) Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI).

Além destas, a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) também já aprovou uma resolução⁶¹ neste sentido. Isso significa que **a maior parte das Instituições de Ensino Superior (IES) colocou o debate da vida como prioridade e agora debatem a possibilidade de atividades de ensino de maneira remota**, a fim de não aumentar os prejuízos e desgastes de grande parte da comunidade acadêmica nacional. Entre as instituições que decidiram não paralisar as atividades, encontram-se a Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), centros de excelência e referências importantes, sem dúvida. Entretanto, é necessário destacar que **a forma de financiamento e autonomia administrativa dessas instituições difere muito das universidades federais**. Ainda assim, cabe olhar para essas experiências a fim de tirar lições. Observando as informações que seguem, reforça-se a nossa convicção da importância de um planejamento e de um período de preparação da UFRJ para a realização de atividades de ensino remotas.

⁶⁰ “Só 6 das 69 universidades federais adotaram ensino a distância após paralisação por causa da Covid-19”, disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/05/14/so-6-das-69-universidades-federais-adotaram-ensino-a-distancia-apos-paralisacao-por-causa-da-covid-19.ghtml>

⁶¹ Resolução CEPE nº 06/2020 da UFPE, disponível em: <https://www.ufpe.br/documents/398575/2651500/Res+2020+06+CEPE.pdf/700c1493-2088-4fdb-9a64-eccdd915f82c>

Instituições Estaduais de Ensino Superior (IEES)

UNICAMP

- Estabeleceu o debate no início do isolamento e iniciou as aulas remotas na segunda quinzena de abril. O semestre vai até 31 de agosto e imediatamente se inicia 2020/2 (sem férias);
- As aulas têm sido via Google Meet (convênio), Zoom e Jitsi, mas de maneira geral há bastante dificuldade, porque não comportam com qualidade as turmas e porque há muitos problemas de conexão. Também há muitas dificuldades relacionadas à habilidade de docentes e discentes em lidar com as tecnologias e com a ausência de formação de docentes para trabalhar com atividades a distância;
- Os conteúdos oferecidos via remota não podem ser cobrados em avaliações;
- Apenas 40% da carga horária das disciplinas podem ser oferecidas remotamente, é obrigatório que 60% seja presencialmente;
- Os docentes decidem se querem oferecer disciplinas *online* ou não, não são obrigados de nenhuma maneira a aderir;
- Cada PPG e cada professor faz como achar melhor, não há muitas regulamentações ou orientações a respeito da metodologia, currículo, carga horária, etc.;
- Há rodízio para uso (presencial) de laboratórios;
- Comunidade acadêmica (entidades e sindicatos) pressionou por condições estruturais de acesso, então a Administração da Universidade coordenou uma campanha de doações para que a universidade pudesse adquirir equipamentos e *chips* de internet. A UNICAMP também fez uma busca por equipamentos (sobretudo computadores) ociosos para emprestar a discentes;

- A grade de horários está se demonstrando inadequada às aulas remotas;
- Foram estabelecidas medidas protetivas aos estudantes (trancamentos, notas baixas, etc.).

USP

- O primeiro encaminhamento foi a criação de um Comitê de Crise, com a participação de todas as categorias da Universidade (docentes, estudantes de graduação e de pós-graduação, além de servidores técnico-administrativos). Este Gabinete entendeu a necessidade e a possibilidade de retomada das atividades de forma remota, inclusive aulas, e então foi realizado o debate nos Conselhos da Universidade;
- Universidade distribuiu 2.250 *kits* de internet (*chip + modem* portátil - 20 GB / mínimo de 100 horas-aula por mês), após levantamento feito pelas Pró-Reitorias de Graduação e de Pós-Graduação. 398 desses *kits* foram para o Conjunto Residencial da USP (CRUSP). Custo de cerca de R\$ 1 milhão.
- Estão sendo utilizadas duas plataformas: e-Aulas e e-Disciplinas.

Instituições Federais de Ensino Superior (IFES)

UFPE

- Resolução do CEPE nº 06, de 08 de maio de 2020⁶², trata exclusivamente da pós-graduação *stricto sensu*. O texto foi apresentado ao Fórum Nacional de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação (FOPROP) com a sugestão de que seja utilizado como modelos pelas demais universidades federais;

⁶² Resolução CEPE nº 06/2020 da UFPE, disponível em:
<https://www.ufpe.br/documents/398575/2651500/Res+2020+06+CEPE.pdf/700c1493-2088-4fdb-9a64-eccdd915f82c>

- Garante que o discente possa trancar a qualquer momento do semestre, não obriga os programas ou cursos a aderirem;
- Os discentes podem escolher não se matricular em nenhuma disciplina;
- Estabelece duas plataformas: G-Suíte (Google) e Moodle e proíbe aplicativos de mensagens ou e-mails como instrumentos para substituir aulas;
- Estabelece que todos os textos de cada bibliografia devem estar disponíveis online (ou PDF);
- Presença e avaliação serão contadas;
- Permite prorrogação de prazos de defesas em até 3 meses;
- Haverá formação de docentes, técnicos e estudantes para as aulas remotas.

UnB

- Está fazendo uma pesquisa detalhada junto à comunidade acadêmica, perguntando por exemplo sobre a condição de acesso a computadores de forma exclusiva pelo docente ou discente, perguntando se os integrantes do corpo social desejam aulas remotas e o porquê;
- Laboratórios sem pesquisas diretamente ligadas à COVID-19 parados;
- Está sendo consultada a opinião de cada PPG.



APÊNDICE B

RESULTADOS DOS FORMULÁRIOS DA APG UFRJ

Até o presente momento, a APG UFRJ lançou ao corpo discente de pós-graduação dois formulários. Eles foram produzidos – e amplamente divulgados nas redes sociais e via SIGA – em diferentes tempos com diferentes finalidades.

O primeiro deles, “Averiguação das condições de aula durante a pandemia de COVID-19”, foi lançado no dia 19 de março e obteve 2.589 respostas. Nosso principal foco, à época, foi investigar quantas/os pós-graduandas/os, em termos relativos, apresentariam dificuldades em participar de atividades remotas. Além disso, objetivávamos saber os motivos, para além das questões relativas ao acesso à internet.

O segundo, “Formulário de ação solidária”, lançado no dia 13 de maio, obteve 1.232 respostas e tinha por objetivo investigar o perfil socioeconômico, além de mapear discentes que estivessem necessitando de ajuda.

Abaixo, apresentamos os principais resultados dos dois.

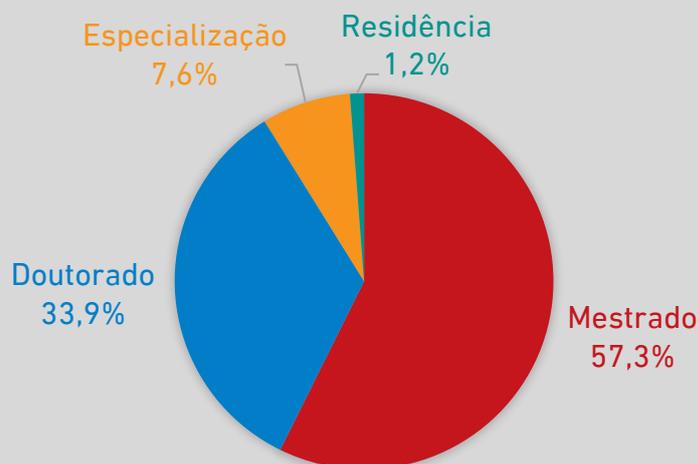
1º formulário: "Averiguação das condições de aula durante a pandemia de COVID-19"

No dia 19 de março de 2020, lançamos o formulário "Averiguação das condições de aula durante a pandemia de COVID-19" para que todas as pós-graduandas e pós-graduandos da universidade pudessem se manifestar em relação às **condições de aula a distância durante a pandemia** da COVID-19.

Durante o tempo em que ele permaneceu no ar, recebemos 2.589 respostas. A principal pergunta foi sobre a(s) dificuldade(s) por parte das e dos discentes em participar de atividades remotas.

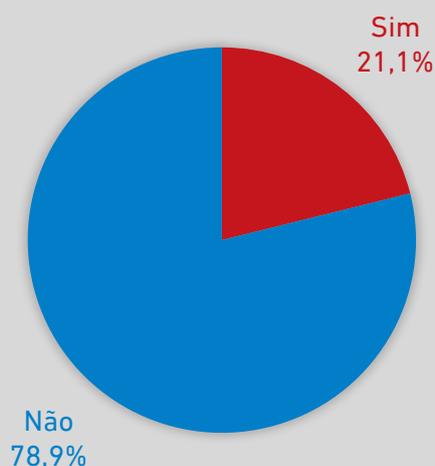
Em relação ao perfil de respondentes pela forma de ingresso, temos:

FORMA DE INGRESSO



Quando perguntadas/os se encontrariam dificuldades em realizar atividades remotas durante o período de isolamento físico, mais de 20% respondeu que sim.

VOCÊ TERIA DIFICULDADE DE REALIZAR AULAS OU ATIVIDADES REMOTAS DURANTE ESTE PERÍODO?



Ao questionarmos o motivo, recebemos respostas de diferentes naturezas. Listamos, então, algumas delas:

- Acesso precário ou inexistente à internet;
- Falta de instrumentos necessários para realizar aulas e atividades remotas, como computador, *webcam*, microfone, entre outros;
- Falta de acesso a referências bibliográficas, como livros e artigos, que só podiam ser acessados na rede da UFRJ;
- Necessidade do laboratório de pesquisa para realização dos experimentos;
- Presença de criança em casa atrapalha a realização de qualquer atividade remota;
- Falta de um ambiente tranquilo para o estudo;
- Dedicção aos cuidados de parentes dentro do grupo de risco;
- Aumento das tarefas domésticas;
- Falta de programas e aplicativos no computador para rodar simulações ou gerar gráficos;
- Aumento da dedicação laboral para profissionais diretamente envolvidos no combate à COVID-19;
- Dificuldades psicológicas e falta de adaptação à nova realidade;
- Pesquisa demanda visitação em escolas, como estão fechadas, inviabiliza a continuação do projeto;
- Precariedade de debater com toda a turma de uma disciplina;
- Relatos diversos de ordem da saúde mental.

2º formulário: "Formulário de ação solidária"

Preocupados com discentes em situação de vulnerabilidade agravada pela atual pandemia de COVID-19, nós, em conjunto com o Fórum de Representantes Discentes da Universidade, produzimos um formulário para

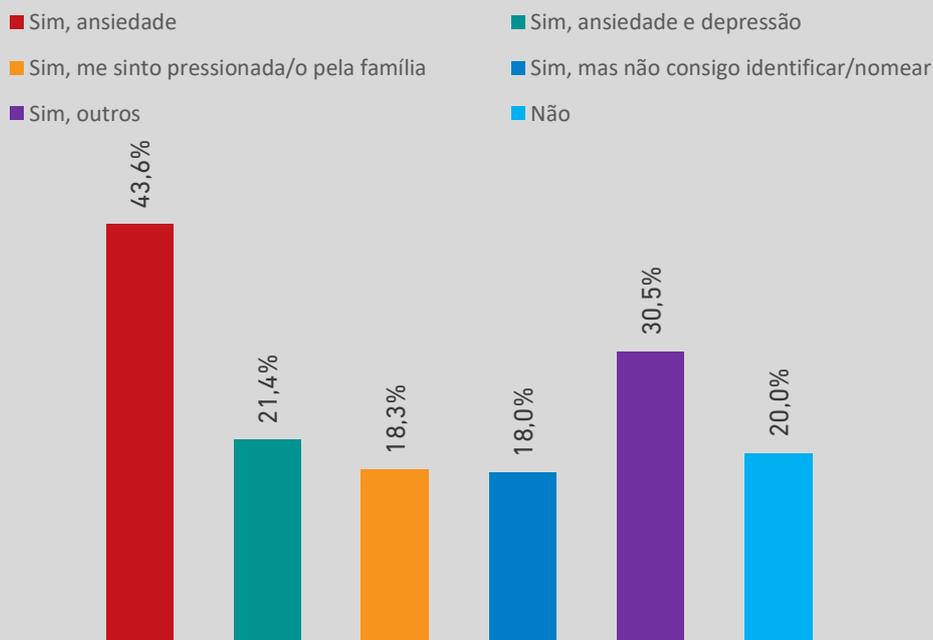
mapear as condições de sobrevivência das e dos pós-graduandos. Ele foi lançado no dia 13 de maio de 2020 e obteve 1.232 respostas.

Em relação à mudança na renda per capita, 56% das/os pós-graduandas/os relataram algum tipo de redução, seja da própria renda ou de pessoas que moram na mesma residência.

No que diz respeito à saúde mental, 80% das e dos discentes afirmam estar enfrentando crises de cunho psicológico que impedem ou atrapalham a realização de atividades da pós-graduação durante o período da quarentena.

Sabendo-se que era possível marcar mais de uma opção, quando questionamos quais são as problemáticas, 43,6% assinalaram “ansiedade”, 21,4% marcaram a opção “ansiedade e depressão”, 18,3% sentem-se “pressionados pela família (cuidar dos filhos, atenção aos idosos...)”, 18% enfrentam crises que “não conseguem identificar/nomear”.

VOCÊ ESTÁ ENFRENTANDO CRISES DE CUNHO PSICOLÓGICO QUE TE IMPEÇAM OU ATRAPALHEM?



APG UFRJ

Associação de Pós-Graduandos da UFRJ

 associacao.pg.ufrj@gmail.com

 @apgufrij

 /ufrjapg



Associação Nacional de Pós-Graduandos

 comunicacao@anpg.org.br

 @anpgoficial

 /anpgbrasil